



**Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista**

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

ATA da 5^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista

Brasília, 09 e 10 de outubro de 2025.

Brasília, 09 de outubro de 2025.

1º Dia de Reunião

Aos nove de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, no Brasília Imperial Hotel, situado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 3, Asa Sul, Brasília – DF, no Salão Imperial V e VI, ocorreu o primeiro dia da **5ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

A reunião tratou da leitura e aprovação dos resumos executivos da 4ª Reunião Ordinária do CNPI, realizada em maio de 2025; da apresentação do Programa Nacional de Saneamento Indígena; das atualizações sobre iniciativas e programas de interesse dos povos indígenas; da apresentação da FUNAI sobre reestruturação e autodeclaração; da assinatura de Acordos de Cooperação Técnica; do panorama atual da política indigenista no Congresso Nacional; e do Programa de Proteção Territorial das Terras Indígenas.

A reunião contou com a participação de organizações indígenas, representantes governamentais, representantes de organizações indigenistas, bem como participantes convidados/as, conforme relação constante na lista de credenciamento em anexo a esta ata.

A reunião foi realizada com o apoio da GIZ, no âmbito do projeto de Cooperação Técnica "Direitos e Territórios Indígenas", em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e a FUNAI.

Abertura da Reunião por INATHAN TUXÁ/MPI e DINAMAN TUXÁ/APIB, vice-presidente do CNPI.

Na sequência, o Cacique GIBA TUXÁ/APOINME foi convidado a conduzir ritual de abertura.

LEITURA E APROVAÇÃO DO RESUMO EXECUTIVO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DINAMAN TUXÁ/APIB anunciou a leitura do resumo executivo da 4ª Reunião Ordinária do CNPI. Sugeriu a leitura e deliberação dos encaminhamentos, considerando a extensão do documento.

Proposta aprovada pelo Plenário.

INATHAN TUXÁ/MPI fez a leitura dos encaminhamentos do Resumo Executivo da 4ª Reunião Ordinária do CNPI.

WEIBE TAPEBA/SESAI sugeriu o detalhamento do encaminhamento nº 1, alterando a redação para prever especificamente “[s]olicitação de apoio à FUNAI e demais ministérios para viabilizar a participação dos conselheiros indígenas nas reuniões presenciais das Câmaras Temáticas no exercício de 2025, enquanto o Ministério dos Povos Indígenas elabora sua proposta de orçamento para o ano de 2026, que deverá prever ação de apoio ao funcionamento do CNPI para apoiar a participação indígena presencial nas referidas Câmaras Temáticas”. Destacou seu entendimento no sentido de que

o apoio proposto seria temporal e provisório, com o objetivo principal de fortalecer o CNPI, enquanto o MPI elabora proposta para garantir orçamento específico no exercício de 2026.

A sugestão foi acolhida pela Secretaria Executiva do CNPI.

Resumo aprovado pelo Plenário.

LEITURA E APROVAÇÃO DA PAUTA

INATHAN TUXÁ/MPI fez a leitura da pauta proposta para a 5ª Reunião Ordinária do CNPI.

CEIÇA PITAGUARY/MPI solicitou a retirada de pauta sobre a apresentação da FUNAI sobre a PNGATI (FUNAI e MPI/SEGATI), por se tratar de resposta em formato de ofício a ser encaminhado pela FUNAI ao Tribunal de Contas da União, a qual será apresentada posteriormente ao Plenário.

MISLENE METCHACUNA/FUNAI sugeriu que o ponto de pauta sobre autodeclaração seja abordado na pauta sobre registros administrativos, a ser apresentado por Pagu Rodrigues.

RODRIGO/MINISTÉRIO DO TURISMO registrou que foi encaminhado ofício ao CNPI, solicitando a inclusão de pauta para apresentação do mapeamento realizado pelo Ministério do Turismo sobre as comunidades indígenas que exercem atividade turística,

DINAMAN TUXÁ/APIB sugeriu que o ponto de pauta sobre a apresentação da FUNAI seja incluído novamente em pauta assim que o ofício seja consolidado. Sobre a pauta da autodeclaração, acordou que o tema poderia ser apresentado no momento de informes da FUNAI. Sobre o ofício encaminhado pelo Ministério do Turismo, propôs a deliberação para inclusão da pauta do Ministério nos informes. Sugeriu a inclusão de pauta sobre COP30.

Pauta aprovada pelo Plenário.

INFORMES GERAIS

DINAMAN TUXÁ/APIB informou que foi solicitado breve ponto de pauta para apresentação de informes pelo Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi).

WALLACE APURINÃ/FPCONDISI apresentou convite para participação da Câmara Temática e da Secretaria Executiva do CNPI no Fórum de Presidentes, a ser avaliado pelo Plenário. Relatou a posse recente da Câmara Temática no Conselho da AgSUS (CDA), que aconteceu no dia 08 de outubro de 2025.

DINAMAN TUXÁ/APIB saudou a presença dos presidentes do Condisi e dos coordenadores da APIB que participam da reunião.

MÁRCIA MENDONÇA/RIO DE JANEIRO convidou Neusa Guarani, vice-Cacique da terra indígena Tekoha Dje'y, para apresentar o informe.

NEUSA GUARANI solicitou o apoio das lideranças e conselheiros para agendar reunião com o Ministro da Justiça e Segurança Pública Ricardo Lewandowski, com o objetivo de tratar da demarcação do seu território e as violências sofridas pela comunidade. Relatou processo violento de reintegração de posse vivenciado pelo território, e destacou a urgência da demarcação de terras indígenas pela Presidência da República. Mencionou a ausência de fiscalização no Parque Nacional da Serra da Bocaina.

PATRÍCIA PANKARARÉ/REGIÃO NORDESTE E LESTE solicitou ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) que compartilhe com os Conselheiros informações relativas às atividades programadas nos estados e territórios, para acompanhamento, alinhamento e contribuição

DINAMAN TUXÁ/APIB pontuou a recomendação aos Ministérios e demais representações presentes para convidar os Conselheiros a participarem dos eventos e atividades sobre a pauta indígena.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS sugeriu a elaboração de documento de apoio à situação informada por Neusa Guarani, inclusive com deliberação a respeito do encaminhamento para os setores competentes.

DINAMAN TUXÁ/APIB sugeriu como encaminhamento a solicitação de reunião pelo CNPI ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para tratar da demarcação da Tekoha Dje'y e outros. Sugeriu, ainda, a elaboração de moção de apoio à comunidade.

INFORMES DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

CT I – Demarcação, direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental

TAYSE POTIGUARA/APOINME apresentou como encaminhamento da Bancada Indígena a necessidade identificada da FUNAI realizar apresentação sobre quais são as estratégias, com datas e previsão orçamentária, para enfrentamento à situação de sucateamento e fragilidades dos polos e unidades. Solicitou que, caso a apresentação fosse encaminhada para a próxima reunião ordinária do CNPI, que fosse apresentada primeiramente à CT I. Questionou também a possibilidade de reestruturação da Coordenação da CT I. Indicou como encaminhamento a deliberação de votação da minuta elaborada pela CT I acerca da PDL nº 717/2024, sobre a demarcação das Terras Indígenas Toldo Imbu e Morro dos Cavalos. Ademais, questionou sobre a criação do GT temporário de mineração e sobre a publicação das resoluções encaminhadas desde a 3ª reunião ordinária do CNPI realizada em dezembro de 2024. Solicitou esclarecimentos sobre a alteração da data das reuniões, sem a consulta aos Conselheiros, e reivindicou que o MPI estabeleça responsável específico pela Secretaria do CNPI. Pontuou, por fim, o encaminhamento de proposta de resolução sobre a Lei 14.701/2023.

CEIÇA PITAGUARY/MPI recapitulou que, no momento de formação da CT I, a coordenação havia ficado a cargo da Presidente Joenia Wapichana.

DINAMAN TUXÁ/APIB esclareceu que, atualmente, a coordenação da CT I está a cargo de Marcos Kaingang, na qualidade de representante do MPI.

INATHAN TUXÁ/MPI esclareceu que a Secretaria Executiva somente encaminha os atos normativos aprovados pelo Conselho. Em relação a ofícios de consulta de informações, observou que as próprias Câmaras Temáticas possuem autonomia para encaminhar comunicações aos órgãos do governo. Informou a participação da servidora Thais Fernandino Ogando na Secretaria Executiva, que passou a ser o ponto focal do MPI no Conselho para recepcionar documentações e solicitações.

JECINALDO SATERÉ/MPI acrescentou que foi reivindicada a estruturação de mais 2 (duas) pessoas para composição da Secretaria Executiva do CNPI.

DINAMAN TUXÁ/APIB solicitou a disponibilização do contato da servidora Tais aos Conselheiros. No que tange ao fluxo das resoluções, sugeriu a deliberação do Pleno acerca de prazos para publicação. Pontuou que a proposta da Secretaria Executiva do CNPI é a instituição do prazo razoável de até 45 (quarenta e cinco) dias para publicação das resoluções, incluindo as que já foram aprovadas mas não publicadas. Destacou a autonomia das CTs para encaminhar pedidos de informação aos órgãos.

Proposta de prazo para publicação aprovada pelo Plenário.

CEIÇA PITAGUARY/MPI sugeriu que o envio de pedidos de informação aos órgãos pelas Câmaras Temáticas seja feito com cópia à Secretaria Executiva do CNPI para acompanhamento da demanda.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS enfatizou a responsabilidade das Câmaras Temáticas em acompanhar os encaminhamentos e documentos junto à Secretaria Executiva

DINAMAN TUXÁ/APIB propôs, alternativamente, que os encaminhamentos sejam enviados para a Secretaria Executiva para providências, conforme aprovado pelo Pleno.

Proposta aprovada pelo Plenário.

CLÉBER BUZATTO/CIMI sugeriu o estabelecimento de prazo de 5 (cinco) dias para que a Secretaria Executiva apresente retorno às solicitações encaminhadas pelas Câmaras Temáticas.

Proposta acolhida pela Secretaria Executiva.

CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social

CARLA JARRAIRA/CIR/COIAB apresentou informes sobre as atividades realizadas pela CT nos últimos meses. Em relação ao eixo de controle social, relatou dificuldades com o levantamento de espaços de participação indígena, em decorrência da ausência de retorno da parte dos órgãos contatados. Por essa razão, informou que o eixo foi adaptado. Solicitou o apoio da Secretaria Executiva para encaminhamento da proposta da CT II sobre o PL do CNPI à ASPAR/MPI. Questionou também o encaminhamento sobre a resolução proposta pela CT II e o acompanhamento da Conferência do CNPI pela CT II. Sugeriu que a Secretaria Executiva do CNPI crie um processo/pasta SEI de cada CT, para digitalizar a documentação e atividades das câmaras. Solicitou a indicação de representação do MPI para acompanhamento das atividades da CT II.

CEIÇA PITAGUARY/MPI informou que Iuri Jenipapo deverá continuar como representante do MPI na CT II.

INATHAN TUXÁ/MPI anunciou a presença da Ministra de Estado dos Povos Indígenas Sonia Guajajara, que assumiu a mesa.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI saudou os Conselheiros presentes e convocou a CT III para apresentação informes.

JECINALDO SATERÉ/MPI informou, posteriormente, que a proposta da CT II sobre o PL do CNPI seria encaminhada à ASPAR e, após validação, seria apresentada ao Pleno. Indicou, ainda, que a pauta sobre cotas indígenas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também já foi aprovada e encaminhada ao referido tribunal.

CT III – Seguridade Social, saúde indígena, assistência e previdência social

Não foram apresentados informes.

CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades

PATRÍCIA PANKARARÉ/REGIÃO NORDESTE E LESTE celebrou a pontuação dos Territórios Etnoeducacionais no âmbito do Ministério da Educação. Indicou que as atividades desenvolvidas pela CT IV seriam apresentadas no período da tarde, no momento da pauta sobre a Universidade Indígena. Relatou informação do estado da Bahia acerca da suspensão de obras de escolas e unidades de saúde pela ausência de declarações e autorizações da FUNAI para construção. Solicitou informes à FUNAI sobre o status das autorizações.

CEIÇA PITAGUARY/MPI relatou que esteve no território Tupinambá na Bahia, oportunidade na qual foram apresentadas demandas sobre as obras de escolas e unidades de saúde pelo governo do Estado. Pontuou que as declarações para dar seguimento às construções expiram, sendo necessária a atualização do documento.

PATRÍCIA PANKARARÉ/REGIÃO NORDESTE E LESTE destacou a construção de 2 (duas) escolas que aguardam as autorizações necessárias.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS apresentou relato das atividades da reunião da CT IV. Indicou como síntese dos encaminhamentos da reunião: i) a importância de prosseguir com a incidência para a criação da Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena no âmbito do MEC; ii) regulamentação e implementação das Políticas Estaduais e Municipais de Educação Escolar Indígena, com a criação do plano de cargos e carreira dos professores indígenas, categorias das escolas indígenas; concurso específico diferenciado para professores indígenas, e a criação de conselhos estaduais da educação escolar indígena; iii) pontuação dos Territórios Etnoeducacionais; iv) solicitação de informações sobre a proposta de criação do Centro de Formação Indígena, sugerindo alternativamente o fomento e fortalecimento dos centros já existentes e territorializados, e que a proposta de criação seja apresentada às comissões, conselhos e organizações indígenas (APIB, ANMIGA, CNEEI, FNEEI, CNPI) para avaliação, análise e aprovação; v) apresentação de informações atualizadas sobre a Universidade Indígena e a instituição do GT no MEC, sendo que a minuta do PL já foi encaminhada ao Gabinete do Ministro, com previsão de lançamento na COP30; e vi) proposta de nota de repúdio em face da fala do Deputado Federal Evair de Melo (PP/ES).

ROSILENE TUXÁ/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO complementou o relato das atividades desenvolvidas pela CT IV a partir do Plano de Trabalho. Recapitulou a proposta de criação do Subsistema Nacional de Educação Escolar Indígena, no âmbito da legislação do Sistema Nacional de Educação. Informou que o projeto de lei já tramitou e foi aprovado, o que foi considerado um avanço, com a expectativa de que a iniciativa contribua para a autonomia à política dos territórios etnoeducacionais. Observou que a política dos territórios etnoeducacionais está sendo chamada de “federalismo de meio”, visto que o MEC está na coordenação da política, e com a publicação da lei sobre o Subsistema Nacional de Educação Escolar Indígena, será possível regulamentar melhor a criação das regionais do MEC no contexto dos territórios etnoeducacionais. Informou a abertura do sistema para adesão dos Secretários de Educação ao SIMEC, sendo que já foram cadastrados mais de 80% (oitenta por cento) dos coordenadores subnacionais, estaduais e municipais para gerenciamento das bolsas concedidas aos 1.300 (mil e trezentos) indígenas nos territórios, os quais serão responsáveis por acompanhar e monitorar a implementação da educação escolar indígena. Nesse sentido, pontuou que as bolsas já começaram a ser pagas aos indígenas articuladores no mês vigente. Ressaltou também a adesão das escolas indígenas à PPDS, indicando que foi alcançada 100% da adesão das escolas indígenas, conforme meta proposta no Plano de Trabalho, o que também se verificou no PPDE. Mencionou a existência de desafio nesse contexto, visto que ainda subsistem escolas que não possuem unidades executoras, o que impossibilita a recepção dos recursos do PPDE. Sendo assim, torna-se necessário realizar trabalho de criação das unidades executoras nas escolas remanescentes para possibilitar gestão dos recursos com mais autonomia.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI reforçou o empenho do Ministério em acompanhar as pautas da educação.

CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+

JOCIELE LUIZ/REGIÃO SUL apresentou o relatório de atividades da CT V, referentes ao período de maio a setembro de 2025, conforme o Plano de Trabalho, composto por 11 (onze) metas e entregas. Destacou que Lídia Lacerda, representante da FUNAI, ficou responsável pela articulação junto ao Ministério das Mulheres para construção de mapa com equipamentos e rede especializada no atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência em todo o país.

Plano de Trabalho aprovado pelo Plenário.

CT VI – Direitos humanos, culturais e econômicos

WURIU MANCHINERI/REGIÃO AMAZONÔNICA relatou que foi rediscutido o Plano de Trabalho da CT VI, considerando os desafios de execução e adesão dos Conselheiros, por diversos motivos. Pontuou a rediscussão do nome da CT, com atenção às atividades com referência aos direitos sociais. Propôs a retomada do nome “Direitos humanos, culturais, **sociais** e econômicos”. Sugeriu, ainda, a participação do Ministério do Desenvolvimento Social na CT.

GIBA TUXÁ/APOINME reforçou o relato acerca dos desafios para a obtenção da declaração da FUNAI para liberação das obras no estado da Bahia. Solicitou a elaboração de encaminhamento para verificar a ausência de acesso dos povos indígenas do Nordeste ao teto da agricultura familiar

estabelecido pelo Governo Federal, em decorrência de desafios no aceite dos documentos apresentados pelos povos e comunidades indígenas para pleitear sua participação na política pública.

O Plenário aprovou a alteração na nomenclatura da CT VI.

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO INDÍGENA E ATUALIZAÇÃO AGSUS – PNSI

WEIBE TAPEBA/SESAI destacou o enfoque na prevenção de doenças e na promoção da saúde como diretrizes para revisão do Programa Nacional de Saneamento Indígena nos territórios indígenas. Apresentou contextualização do PNSI, com dados censitários do IBGE do ano de 2024. Pontuou o desconhecimento sobre a realidade do saneamento indígena no Brasil e do impacto das doenças relativas ao acesso à água potável. Mencionou também o histórico de normativas e planos sobre o tema, sendo estes: i) a Lei 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020; ii) o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB); iii) o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR); e iv) Programa Nacional de Saneamento Indígena (PNSI). Explicou o processo de construção do PNSI, destacando a metodologia elaborada em níveis de colaboração para discussões, em nível interinstitucional e em nível central, em distritos sanitários, e pela consulta e participação das lideranças e comunidades (pontos focais indicados pelo movimento indígena). Apresentou brevemente o evento realizado acerca da pesquisa de análise situacional do Saneamento Indígena, assim como as reuniões de consulta realizadas com lideranças, indicadas pelas organizações de base, e as oficinas regionais realizadas entre 2024 e 2025. Pontuou também outras ações que auxiliaram na construção da proposta, sendo estas: i) levantamento de custos do programa; ii) estimativa de crescimento demográfico da população; iii) escrita da portaria para a constituição do programa; iv) direcionamento da força de trabalho; v) levantamento de estratégias, metas e prazos; vi) criação de indicadores de monitoramento; dentre outros. Na sequência, apresentou o objetivo de criar um conceito de saneamento indígena com vistas a abranger as particularidades dos territórios, considerando o Diagnóstico Sanitário que compreende a análise situacional dos 34 (trinta e quatro) DSEIs. Enfatizou o diagnóstico sobre o abastecimento de água, sobre o esgotamento sanitário, sobre resíduos sólidos, e sobre o manejo de águas pluviais. Pontuou que o PNSI tem como eixos norteadores: i) infraestrutura e tecnologias; ii) Gestão do saneamento indígena; iii) Educação indígena para o saneamento; iv) Cooperações, parcerias e articulações intrasetoriais e intersetoriais; e v) Participação e controle social. Apresentou o conjunto das diretrizes e estratégias para cada eixo. Indicou que a proposta é publicar revista com essas informações. Indicou as parcerias firmadas nacional e internacionalmente, destacando a disponibilização do orçamento de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pelo BNDES para construção de cisternas em territórios indígenas. Apresentou o desenho do programa, com metas progressivas para universalização do acesso a curto, médio e longo prazo, considerando a necessidade de investimentos orçamentários, atingindo o montante de R\$ 10.850.000.000,00 (dez bilhões oitocentos e cinquenta milhões de reais), sem incluir a necessidade de aumento de equipe. Indicou, ainda, a evolução histórica do incremento orçamentário (real e nominal) da SESAÍ entre 2010 e 2025, o que evidencia o fato do orçamento para a saúde indígena estar subdimensionado. Apresentou a proposta de gestão, monitoramento e avaliação do Programa, a ser coordenado pela SESAÍ e executado pelos DSEIs. Como instâncias de governança, deverá ser instituído Comitê Gestor e Fórum Consultivo. Para gerar informações sobre o Programa, será criada sala de situação. Destacou a realização de

consulta pública entre os dias 25 de setembro de 2025 e 09 de outubro de 2025. Explicitou o cronograma dos próximos 3 (três) meses – setembro, outubro e novembro –, com previsão da finalização da Consulta Pública, da diagramação e consolidação das contribuições feitas pela Consulta Pública, e da finalização para publicação e apresentação do Programa nos espaços da COP30. Enfatizou a expectativa de apoio do CNPI para elaboração e aprovação do Programa.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS expressou preocupação com o cenário político e questionou a posse da Diretoria recém-nomeada na SESAI. Questionou, ainda, sobre o andamento da implementação do Programa.

TAYSE POTIGUARA/APOINME solicitou o encaminhamento da pauta para apreciação da CT III – Seguridade social, saúde indígena, assistência e previdência social.

MARILDA DE OLVEIRA/REGIÃO SUDESTE questionou se todos os estados serão beneficiados pelo Programa. Destacou as necessidades de atendimento da saúde em Aracruz – ES. Relatou caso de indígena de Aracruz de 73 (setenta e três) anos, encarcerado no Rio Grande do Sul, o qual ainda não foi transferido para a sua região de origem. Solicitou providências à Ministra Sonia Guajajara.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME questionou a disponibilidade orçamentária da SESAI para o próximo ano, e qual seria a estratégia da Secretaria para viabilizar os recursos necessários para estruturação e implementação do Programa. Questionou, ainda, sobre as estratégias de manutenção do Programa. Denunciou a assinatura de acordo do Governo Federal, à revelia dos povos indígenas sobre o Vale do Rio Doce e o rejeito de minérios da Barragem de Mariana. Reforçou o pedido da Conselheira Marilda para adoção de providências para transferência do Pajé Jonas, em situação de cárcere e distante do território.

CAL POTIGUARA/APOINME relatou dificuldades de acesso à água potável e tratamento no DSEI Potyguara. Relatou que foi firmado acordo para construção de estação de tratamento de água na região, entretanto, ainda não foi possível receber os equipamentos de instalação da estação de tratamento. Solicitou a realização de reunião com a SESAI para apoiar a implementação do Programa no estado.

FRANCISCO PIYĀKO/ACRE solicitou a disponibilização da apresentação para os Conselheiros e as Câmaras Temáticas acompanharem a proposta e apresentarem contribuições. Questionou se as áreas cobertas pelo Programa consideram as redes municipais de saneamento, com vistas a não haver sobreposição entre os sistemas locais.

ELIANE XUNAKALO/REGIÃO AMAZÔNICA relatou a espera das comunidades do Mato Grosso pelos poços artesianos, e a precariedade de determinadas comunidades, com especial destaque para os povos do Pantanal. Questionou como os estados irão apoiar o Programa. Pontuou também a demanda por cisternas em comunidades do Amazonas, considerando a seca dos rios.

Em seguida, WEIBE TAPEBA/SESAI respondeu aos questionamentos do Plenário. Esclareceu que a indicação da Diretora da DEGES está sendo discutida, e destacou que o cargo é de livre nomeação do Ministro de Estado da Saúde. Informou que foi feito levantamento sobre as 34 (trinta e quatro) DSEIs, os quais poderão ser disponibilizados aos Conselheiros. Pontuou o reconhecimento da gestão

acerca do passivo grande para implementação das demandas da saúde indígena, e os esforços realizados para incremento do orçamento. Solicitou que demandas pontuais apresentadas pelos Conselheiros fossem encaminhadas formalmente à SESA. Relatou tratativa para construção de acordo de cooperação técnica junto à Fundação Nacional da Saúde – FUNASA. Explicou que a previsão de orçamento para implementação do Programa no próximo ano corresponde ao montante de 187 milhões de reais, o qual não está incluído no orçamento atual, mas será incluído ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) relativo ao ano de 2026. Relatou também as parcerias realizadas junto aos governos estaduais e iniciativas já em andamento. Quanto à manutenção do Programa, pontuou que a previsão de orçamento se insere nas ações estruturantes previstas. No que se refere ao DSEI Potyguara, observou a possibilidade de instalação de sala de situação, com participação do Ministério Público Federal, para acompanhamento da gestão do abastecimento. Em relação ao Mato Grosso, informou que foi formalizado TED com a Universidade Federal do Mato Grosso para implantar os sistemas de abastecimento de água com enfoque nos DSEIs Cuiabá e Xavante. Na sequência, apresentou a migração da força de trabalho indígena do modelo convenial para AgSUS. Indicou que foram realizadas consultas públicas, e elaboradas motivações e fundamentos para migração, assim como a propositura de um cronograma de migração e termo aditivo com composição orçamentária. Destacou a adesão total à agência, e mencionou a proposição de condicionantes para o processo de migração das conveniadas. Dentre as motivações e fundamentos para a migração, pontuou a existência de recomendações oriundas de Auditorias (TCU, CGU, AudSUS) e de decisão judicial nos autos da Ação Cível Pública nº 00.75100-59.2007.5.10.0018, que determinou a substituição do modelo convenial de contratação da força de trabalho. Mencionou a realização de audiência em 18 de novembro de 2024, com a apresentação de cronograma de migração e a articulação junto à Advocacia-Geral da União. Apresentou brevemente o cronograma de migração, iniciado em 01 de janeiro de 2025, concluída em 01 de outubro de 2025. Pontuou que foi realizado aditivo para garantir a composição orçamentária e a inclusão de algumas DSEIs. Indicou que o valor atual da incorporação atinge o montante de R\$ 638.292.896,64, sendo que até o final do ano deve atingir montante próximo a R\$ 919.581.010,74. Por fim, recapitulou que o histórico do modelo convenial, iniciado em 1999, culminando na ação judicial que determinou a substituição do modelo anteriormente adotado, ponderando que o acordo alcançado com ampla participação social, incluindo consultas realizadas nos territórios, possibilitará a ampliação da equipe e a cobertura de vazios assistenciais, melhorando o atendimento nas comunidades.

Às quatorze horas e cinquenta minutos, retomada a 5ª Reunião Ordinária do CNPI. Abertura da parte da tarde da Reunião por Dinaman Tuxá (APIB).

ATUALIZAÇÕES SOBRE INICIATIVAS E PROGRAMAS DE INTERESSE DOS POVOS INDÍGENAS

DINAMAN TUXÁ/APIB sugeriu a inversão de pauta das apresentações sobre as iniciativas e programas, a pedido dos representantes institucionais, para iniciar as atualizações com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

O Plenário aprovou a sugestão.

Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável

LEANDRO LIMA/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, Coordenador Geral das Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura e Pecuária, apresentou a iniciativa de criação da Câmara Setorial da Produção Agropecuária Indígena Sustentável. Explicou o conceito, a origem e o marco legal da criação das câmaras setoriais no Ministério, sendo que atualmente são 39 câmaras em atividade, 31 delas setoriais, que representam as cadeias produtivas específicas. As câmaras restantes são chamadas de temáticas, pois tratam de questões transversais que impactam várias cadeias como, por exemplo, mulheres rurais, crédito rurais etc. Apresentou o histórico de criação da Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável, que visa a responder de forma estruturada às demandas legítimas dos povos indígenas. Indicou que a estrutura e composição da câmara segue as demais câmaras existentes, com presidência, secretaria executiva, consultoria técnica, sendo que a composição atual conta com 16 (dezesseis) entidades, dentre elas Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), FUNAI, INCRA, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e MPI. Destacou os principais temas abordados e os eixos temáticos propostos, dentro os quais se destacam autonomia econômica e segurança alimentar.

PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS

- Desarticulação histórica entre Estado e povos indígenas;
- Necessidade de novos mecanismos institucionais;
- Experiências bem-sucedidas de produção indígena sustentável;
- Apoio financeiro e articulação política;
- Bases para uma nova política de inclusão produtiva;
- Importância ambiental das Terras Indígenas (Tis);



EIXOS TEMÁTICOS PROPOSTOS

- Autonomia econômica
- Assistência técnica
- Cooperativismo
- Salvaguardas jurídicas
- Segurança alimentar
- Infraestrutura e governança
- Clima e biodiversidade
- Empoderamento de mulheres indígenas
- Educação técnica para juventudes indígenas



JECINALDO SATÉRÉ/MPI destacou que o tema está sendo acompanhado pela Assessoria Especial de Políticas Sociais e Diversidade.

EDNALDO TABAJARA/APOINME relatou experiência na agricultura familiar indígena na região Nordeste, especialmente no que se refere ao plantio de inhame. Defendeu a importância de disponibilidade de crédito para investimento na agricultura familiar indígena.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME apontou desafios jurídicos para obtenção do crédito rural, e observou a necessidade de discutir quais instrumentos podem ser desenvolvidos para desburocratizar o acesso ao crédito rural. Relatou que essa discussão tem sido travada junto ao MAPA e ao (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

CONSELHEIRO NÃO IDENTIFICADO mencionou a importância do compartilhamento sobre as iniciativas governamentais para desenvolvimento de projetos sustentáveis dentro dos territórios. Ressaltou ser necessário o incentivo governamental para garantir a assistência no desenvolvimento desses projetos.

GUSTAVO PEIXOTO/INDIGENISTAS ASSOCIADOS solicitou o detalhamento da iniciativa para discussão pela CT VI.

GIBA TUXÁ/APOINME questionou a possibilidade da APOINME participar da Câmara Setorial criada.

LEANDRO LIMA/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA se colocou à disposição para esclarecer dúvidas sobre a Câmara Setorial. Indicou que, se a APOINME for uma associação constituída formalmente, ela poderá participar da Câmara Setorial. Enfatizou o cuidado para garantir a representatividade e prevalência de representação indígena na Câmara.

SÉRGIO TERENA/CONSELHO TERENA parabenizou o Ministério dos Povos Indígenas pela iniciativa de instaurar o diálogo com os demais ministérios. No contexto da produção agrícola, relatou os desafios de liberação dos créditos junto ao Banco do Brasil, morosidade que impacta o calendário produtivo. Nesse sentido, destacou as burocracias e dificuldades relacionadas ao Selo Indígena. Questionou a existência de tratativa, plano ou recurso para a infraestrutura agrícola destinada à população indígena.

CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA/MATO GROSSO sugeriu a inclusão das organizações indígenas a nível de Estado na Câmara Setorial. Sugeriu também a criação de Câmara Temática no CNPI ou no MAPA para tratar do licenciamento e gestão de riscos. Informou que faz parte da Câmara Temática de Mulheres e questionou a ocorrência das reuniões, que ainda não foram realizadas.

TAYSE POTIGUARA/APOINME questionou se e como será realizado o diagnóstico junto ao movimento de base.

LEANDRO LIMA/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA explicou a possibilidade de diálogo junto ao Plano Safra e à outras linhas para garantir a liberação do crédito. Pontuou a existência da Secretaria de Política Agrícola no MAPA que poderia auxiliar com a liberação do crédito junto ao Banco do Brasil. Comprometeu-se a buscar mais informações para retorno sobre o Selo Indígena. Em relação à Câmara Temática das Mulheres, relatou que a Câmara é composta por 35 (trinta e cinco) entidades, sendo que a composição está sendo reestruturada para iniciar as atividades. Por fim, no que se refere ao diagnóstico, mencionou que serão consideradas todas as fontes possíveis.

LUIZ FERNANDO KADIWEU/MATO GROSSO DO SUL enfatizou a importância da autonomia dos povos indígenas. Relatou brevemente experiência anterior e observou ser necessária a formação dos indígenas para

gestão agropecuária e para compreensão da política de mercado, em consonância com o sistema de saberes tradicionais. Mencionou também as preocupações com a rota bioceânica.

WURIU MANCHINERI/REGIÃO AMAZÔNICA reforçou a solicitação para incluir a CT VI nas discussões sobre a Câmara Setorial. Observou a importância de que as políticas reflitam as necessidades e a realidade dos povos. Relatou o formato de trabalho em redes para as políticas direcionadas aos povos indígenas.

FRANCISCO PIYĀKO/ACRE pontuou ser necessário observar e conhecer o contexto de cada Estado, por exemplo, no que se refere aos equipamentos de produção agrícola.

RODRIGO MEDEIROS/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA MUDANÇA DO CLIMA suscitou o desenvolvimento do projeto “Aldeias Produtivas” e solicitou atualizações sobre a iniciativa.

CLEBER BUZATTO/CIMI ponderou ser necessária a elaboração de política nacional de fomento à produção de alimentos saudáveis nas terras indígenas, para além das linhas de crédito.

ARTUR NOBRE/FUNAI mencionou o acordo de cooperação técnica entre a FUNAI e o IBGE para realização do Censo da Agropecuária, oportunidade na qual serão gerados dados sobre as comunidades e povos indígenas.

DINAMAN TUXÁ/APIB questionou a que formato de produção agrícola se refere, se mecanizada ou tradicional. Mencionou a importância de tomar conhecimento sobre as demais associações indígenas que pleiteiam ingresso na Câmara Setorial. Como encaminhamento, propôs que as dúvidas sobre a iniciativa sejam encaminhadas à CT VI para deliberações e posterior retorno ao Pleno. Informou que a APIB está em diálogo com o MDA para pensar formas de aprimorar a emissão do CAF Indígena.

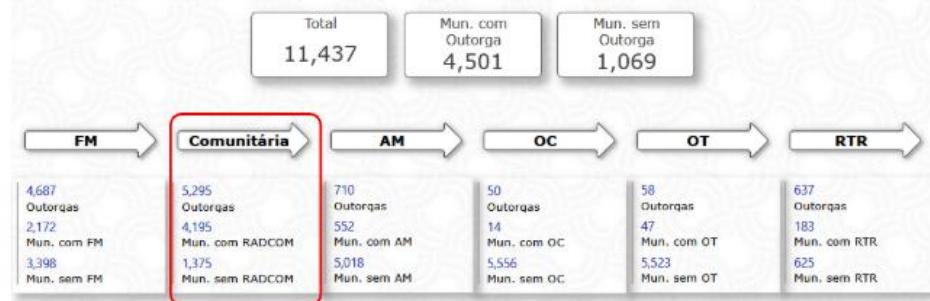
LEANDRO LIMA/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA recapitulou que as discussões para a criação da Câmara foram iniciadas em 2023 e, desde então, tem sido realizado esforços para estruturar a iniciativa. Indicou que serão discutidas todas as formas de produção possíveis trazidas pelas associações indígenas. Em relação ao programa “Aldeias Produtivas”, relatou as tratativas entre o MAPA e o MPI, e informou que a pauta já está no escopo da Câmara Setorial.

Edital Rádios Comunitárias Indígenas e Programa Computadores para Inclusão

ALEXANDRE FREIRE/MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES apresentou o Serviço de Radiodifusão Comunitária (Radcom), explicando se tratar de serviço de radiodifusão sonora na faixa FM destinada atender uma comunidade como um bairro ou vila. Relatou a existência de 11.437 estações de rádio, dentre as quais 5.295 são rádios comunitárias, atingindo cerca de 4.195 municípios.

Serviço de Radiodifusão Comunitária - Radcom

Rádios



Indicou a seção do site do Ministério das Comunicações onde são apresentadas informações sobre o serviço. Destacou a vigência do Plano Nacional de Outorga (PNO) de Radiodifusão Comunitária 2023/2024, contemplando 1.418 localidades com oportunidades de novas outorgas. Explicou que o PNO tem previsão para 3 (três) editais, sendo que os dois primeiros já foram lançados.

PNO de Radiodifusão Comunitária 2023/2024

- Contempla 1.418 localidades com oportunidades de novas outorgas;
- Desse total, 1.229 municípios ainda não possuem entidade autorizada;
- Os demais 189 municípios constantes do PNO receberam ao menos um Cadastro de Demonstração de Interesse (CDI);
- Previsão de 3 Editais para atender todas os estados e o Distrito Federal;

LUDY MILLA CHAGAS/MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES complementou a apresentação para destacar os esforços de transversalidade das políticas do Ministério. Apresentou também o Programa Computadores para Inclusão, instituído para a doação de computadores. Informou o compromisso assumido junto à Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade do MPI para formalizar a doação de computadores regularmente aos povos indígenas, seguindo métricas definidas conjuntamente.

TAYSE POTIGUARA/APOINME observou que o estado do Rio Grande do Norte foi incluído no edital de 2023 do PNO, mas as representações indígenas não estavam cientes. Questionou se haveria possibilidade de participar ainda no terceiro edital a ser lançado.

ELADIO KOKAMA/AMAZONAS questionou quais as ações necessárias por parte das organizações indígenas para trazer a radiodifusão para a região. Mencionou a existência de 7.000-8.000 aldeias indígenas na região, e questionou se haveria possibilidade do Ministério atender ao pedido das comunidades.

WURIU MANCHINERI/REGIÃO AMAZÔNICA mencionou a possibilidade de participação dos representantes do Ministério das Comunicações na CT VI para abordar o acesso às tecnologias.

SÉRGIO TERENA/CONSELHO TERENA observou como será o acesso ao edital do PNO, visto que não identificou menção ao estado do Mato Grosso do Sul. Questionou se ainda haveria tempo hábil para acessar a política do PNO. No que se refere à doação de computadores, relatou a experiência do acesso à educação e a possibilidade de que a cessão dos equipamentos auxiliem as atividades de fomento à educação.

CAL POTIGUARA/APOINME reforçou o relato dos Conselheiros sobre a dificuldade de acesso aos editais, especialmente no caso de comunidades que não possuem acesso à internet.

DINAMAN TUXÁ/APIB pontuou o contexto das rádios utilizadas como mecanismo de difusão do ódio em regiões de conflito nos territórios indígenas. Questionou se haveria possibilidade de recorrer ao Ministério para cassar a outorga das rádios.

LUDYMILLA CHAGAS/MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES destacou que o Programa Computadores da Inclusão já se caracteriza como política de Estado, por estar vigente há 12 (doze) anos. Explicou que os computadores podem ser solicitados pelo site do Ministério, indicando o CNPJ da escola interessada. Pontuou a necessidade de observância dos critérios de acesso, com vistas a selecionar as instituições para recepção do laboratório de informática, visto que o Ministério se responsabiliza pela doação e montagem dos computadores, para além da formação em informática. Orientou que as organizações interessadas escolham o local mais apropriado na região, com a estrutura necessária para recepção do laboratório, e utilizem o CNPJ desse local para acessar o programa. Mencionou os locais no Brasil que já receberam a reciclagem dos computadores.

ALEXANDRE FREIRE/MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES explicou que os 3 (três) editais do PNO são uma previsão inicial, sendo que a legislação permite a elaboração de novos editais. Observou que o próximo edital irá incorporar municípios do estado do Rio Grande do Norte. Em relação às denúncias suscitadas, indicou a existência do canal Fala.Br para encaminhar notificações ao Ministério das Comunicações. Sugeriu que ações nesse sentido sejam encaminhadas ao Ministério Público.

DINAMAN TUXÁ/APIB mencionou que já foram adotadas as medidas judiciais cabíveis. Questionou qual seria o mecanismo administrativo para cassar a outorga de rádios de difusão de ódio.

ALEXANDRE FREIRE/MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES esclareceu que as denúncias podem ser feitas pela própria ouvidoria do Ministério.

CASSIMIRO TAPEBA/REGIÃO NORDESTE E LESTE relatou a criação de rádio na sua região, sem a consulta aos povos indígenas da região, e informou que a rádio funciona pelo loteamento dos horários para igrejas evangélicas em sua maioria.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS questionou se a outorga oferece também os equipamentos de transmissão. Questionou também como funciona a manutenção dos equipamentos e dos computadores caso haja algum defeito.

LUDYMILLA CHAGAS/ MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES sugeriu que a Assessoria Especial de Participação Social também pudesse se colocar como receptora das denúncias das rádios que poderiam ter suas outorgas cassadas. Explicou que, em caso de problemas nos computadores, o CRC pode funcionar como apoio para manutenção. Em se tratando de uma quantidade maior de computadores danificados, indicou a possibilidade de auxílio dos parceiros, devendo ser informado o CRC para apoio logístico para recolher os equipamentos.

ALEXANDRE FREIRE/ MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES informou que não existe no momento um programa de apoio à implementação dos equipamentos técnicos da radiodifusão após a outorga.

JECINALDO SATERÉ/MPI recapitulou a criação do primeiro programa de rádio da COIAB em 2003, sendo que o edital específico para os povos indígenas somente veio a ser lançado em 2025. Agradeceu a doação de 20 computadores para o evento de comunicadores e comunicadoras indígenas em Belém. Mencionou a expectativa de convite ao Ministério das Comunicações para participar do Pleno do CNPI. Expressou também a expectativa de que as rádios outorgadas pelo edital específico para os povos indígenas seja exemplo na difusão de informações sobre os povos indígenas

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI reforçou o convite para que o Ministério das Comunicações participe como membro do CNPI, solicitando a indicação de representante para compor o Plenário.

Registros administrativos: nascimento e óbito

PAGU RODRIGUES/FUNAI mencionou a existência de minuta de portaria interna para tratar do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI). Informou que a proposta será submetida à Câmara Técnica e também apresentada ao Pleno posteriormente. Explicou também que não há resolução vigente que permita a emissão de declarações de etnicidade pela FUNAI. Nesse contexto, a pauta será trazida na próxima reunião de maneira mais aprofundada.

Universidade Indígena

ROSILENE TUXÁ/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO apresentou os avanços das tratativas para a instituição da Universidade Indígena, a partir da instituição do GT com representações indígenas e de

universidades. Informou que foi finalizado o PL de criação da Universidade Indígena, o qual já foi validado pelo GT. Atualmente, a minuta encontra-se na Consultoria Jurídica do Ministério da Educação (CONJUR/MEC), sendo este o último passo para que o PL inicie o trâmite legislativo. Apresentou brevemente os principais aspectos da instituição. Destacou que a Universidade será desenhada no modelo multicampi, com sede em Brasília. Indicou que o PL prevê a expansão universitária dos *campi* e a necessidade orçamentária gradativa para a instalação dos *campi*. Mencionou que estão sendo pensadas 3 (três) áreas principais para o início das atividades, sendo estas: i) Formação de professores; ii) Saúde Coletiva; e iii) Gestão territorial e ambiental. A Universidade deve ser criada com 10 (dez) cursos inicialmente, dentre eles Medicina, Enfermagem e Direito. Informou a previsão de criação dos seguintes cargos: 366 (trezentos e sessenta e seis) cargos de professores de carreira do magistério superior; 233 (duzentos e trinta e três) cargos de analista em educação; 155 (cento e cinquenta e cinco) cargos de técnico em educação; e 48 (quarenta e oito) funções comissionadas. Explicou que o ingresso no cargo de pessoal efetivo por concurso público de provas ou provas e títulos, sendo que serão priorizados candidatos indígenas ao quadro de profissionais. Destacou que a minuta do PL considerou todas as discussões realizadas nos seminários.

Plano Nacional de Cultura Indígena

TUPÃ MIRIM JU YAN/MINISTÉRIO DA CULTURA expressou a importância e a legitimidade da participação dos povos indígenas no âmbito da cultura. Apresentou documento de apoio à institucionalização do Plano Nacional de Cultura Indígena. Relatou a articulação para construção de portaria que inclui as organizações indígenas na construção da Política Nacional, destacando a importância de participação das organizações regionais como membros permanentes nessa construção. Mencionou também a contratação de consultores, um indígena e outro não-indígena, para elaboração do Plano. Indicou a importância de participação da APIB no GT a ser instituído para construção da política.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI sugeriu trazer o debate do Plano Nacional de Cultura Indígena para a CT VI do CNPI, com o convite de membros externos para a CT VI acompanharem as discussões e participarem da elaboração do Plano de Trabalho de construção da política, ao invés de instituir novo GT por portaria. Destacou as prioridades do governo para entrega da Universidade Indígena e da Universidade do Esporte. Informou que o Ministério já se comprometeu com a elaboração do Plano Nacional de Cultura Indígena. Recapitulou a assinatura do Termo de Cooperação com o Ministério da Cultura, assinado na 4ª Reunião Ordinária do CNPI. Em relação à COP30, pontuou que o Ciclo COParente já foi concluído, com o encaminhamento de representação equânime por estados para participação no evento. De modo que não é possível a inclusão de novos representantes. Nesse contexto, sugeriu que, quem já está registrado para participar da COP30 e atua na pauta cultural, pode realizar mobilização para abordar a construção do Plano durante o evento.

TUPÃ MIRIM JU YAN informou que a proposta será apresentada para a Secretaria responsável no Ministério da Cultura, com vistas a alinhar as agendas e disponibilidades.

Prêmio de Fotografia MRE Gavião

TALITA PERNA/MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS apresentou o Prêmio de Fotografia MRE Gavião, em homenagem ao legado do comunicador indígena MRE Gavião. Informou que estão em fase de avaliação fotos enviadas pelos concorrentes. A avaliação está sendo realizada por comissão julgadora instituída por portaria do MPI, e que conta com a participação de membros indicados pelo CNPI, na figura de Wuriu Manchineri e João Victor Gomes de Oliveira (suplente), e com representantes da Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas (SEART/MPI), da Assessoria Especial de Comunicação Social do MPI (ASCOM/MPI), da FUNAI e da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Destacou que foram apresentadas 193 (cento e noventa e três) imagens em 9 (nove) categorias diferentes por representantes indígenas de 38 (trinta e oito) etnias diversas, de todas as regiões do Brasil. Pontuou que o resultado preliminar do prêmio seria divulgado em 28 de outubro, com possibilidade de recurso.

Brasil: Turismo Responsável

RODRIGO CANEZ/MINISTÉRIO DO TURISMO apresentou a iniciativa “Brasil: Turismo Responsável”. Informou que o Ministério recebeu o Caderno de Resposta à pauta de reivindicações da APIB, sendo a principal demanda o acesso a crédito. Destacou que o Ministério do Turismo já encaminhou resposta. Mencionou também as iniciativas da Casa Maraká e do Plano de Comunicação da Mídia Indígena para a COP30. Apresentou o Prêmio Nacional do Turismo 2025, com inscrições abertas até 14 de outubro de 2025. Mencionou também o projeto “PRT em ação 2025 – Paraíba”, com cronograma para atendimento técnico aos representantes da sociedade civil ampliada, com foco em movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais. Indicou também a existência do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos e Experiências Políticas, com possibilidade de financiamento para ações de turismo.

Emendas Parlamentares

Projeto Experiências do Brasil Original - EBO

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos e Experiências Políticas.
 - Unidade Orçamentária: 54101
 - Funcional Programática: 23.695.2323.21FO
 - Código da ação: 21FO
- Objetos Financiáveis:
 - Diagnóstico e seleção das experiências;
 - Oficinas de Formatação de Experiências Turísticas;
 - Mentorias e Capacitações;
 - Validação das Experiências;
 - Apoio à comercialização; e
 - Ações de benchmarking.

ANA CAROLINA/MINISTÉRIO DO TURISMO destacou a construção da iniciativa, com a realização de mapeamento para identificação do estado atual das iniciativas de turismo em comunidades indígenas. Foram utilizadas as seguintes metodologias: i) Pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória eletrônica; ii) Consulta a organizações indígenas e organizações indigenistas; iii) Levantamento dos Planos de Visitação em Terras Indígenas junto à FUNAI; iv) Consulta a órgãos oficiais de turismo estaduais; v) Consulta a agências de viagens que atuam no segmento do etnoturismo indígena; vi) Consulta direta a comunidades indígenas; e vii) Divulgação de formulário on-line (Google Forms) nas redes do Ministério do Turismo e de parceiros, e em grupos do WhatsApp. Na sequência, foi realizado levantamento de informações, de julho a dezembro de 2024, utilizando formulário eletrônico. As respostas compuseram um banco de dados com um total de 193 (cento e noventa e três) formulários. Após a triagem inicial, informou que foram validadas 146 (cento e quarenta e seis) respostas. Ressaltou que uma iniciativa pode abranger uma ou mais comunidades/povos/etnias e terras indígenas. Pontuou que o estado com maior número de iniciativas de turismo em comunidades indígenas é o MT, seguido por AM e BA. Explicou que os dados levantados compreendem um mapeamento inicial. Mencionou que foram mapeados 93 povos indígenas que já estão envolvidas com o turismo em seus territórios. Destacou o mapeamento dos municípios que relacionados ao tema.





Povos Mapeados - 93

Baniwa, Baré, Kuripako, Tukano, Hupda, Satere Mawe, Tucano, Dessano, Tuyuca, Bará, Kubewa, Arara, Marubo, Mayuruna, Kokama, Mura, Apurinã, Tikuna, Apiaka, Arapiun, Atikum Gameleira, Balatiponé, Tariana, Piratapuia, Koripako, Boe Bororo, Borari, Wai Wai, Charrua, Xipaia Kuruaya, Guarani, Pataxó, Fulni-ô, Gavião Do Maranhão, Guajajara, Timbira, Terena, Haliti-paresi, Huni Kuin, Ikpeng, Iny-karaja, Javaé, Juruna, Kaiabi, Kaingang, Kalapalo, Karapotó, Kariri –Xocó, Karo Arara, Kaxinawá, Kinikinau, Kiriri, Krahô, Kumaruara, Laklanõ-xokleng, Lanawa, Macuxi, Nambikwara, Irantxe, Rikbaktsa, Noke Kui, Paiter Suruí, Potiguara, Tupinikim, Tingui Boto, Tupinambá, Umutina, Wapichana, Xakriabá, Xerente, Kuruaya, Yanomami e Yawanawa



RESULTADO: Mapeamento do Turismo em Comunidades Indígenas

- Foram mapeadas 93 etnias indígenas que já estão envolvidas com o turismo em seus territórios;
- Sendo que 7 estão envolvidas com turismo em mais de um estado, sendo elas: Boe Bororo (DF, MT), Guarani (ES, SP, SC), Guarani Mbya (RJ, SP, SC), Kaingang (SP, SC), Pataxó (BA, ES, MG), Potiguara (PB, RN) e Terena (MT, MS, SP).



Lista dos municípios

<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1HB-MjOjmI8KXPWXf6WltHhItW56d-cw&usp=sharing>



Como próximos passos, ANA CAROLINA/MINISTÉRIO DO TURISMO indicou que o documento com o resultado do mapeamento está em processo de diagramação, com previsão de lançamento na

COP30, considerando que o Ministério do Turismo e o Ministério dos Povos Indígenas serão os únicos ministérios com estande no evento. Pontuou que a iniciativa foi apresentada para Câmara Temática. Informou que será lançado novo formulário para atualização do mapeamento e identificação de mais iniciativas, considerando as sugestões do CNPI e o apoio do MPI, da FUNAI e demais parceiros.

APRESENTAÇÃO DA FUNAI SOBRE REESTRUTURAÇÃO E AUTODECLARAÇÃO

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI anunciou a pauta de apresentação da FUNAI sobre reestruturação e autodeclaração.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS ponderou não haver tempo suficiente para apresentação da pauta e sugeriu adiar a discussão para amanhã ou outro momento.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI sugeriu iniciar as discussões e, se necessário, prosseguir no segundo dia de reunião.

O Plenário acatou a sugestão.

MISLENE METCHACUNA/FUNAI reforçou que o fortalecimento da FUNAI é um dos compromissos da Presidência da República. Nesse sentido, recapitulou os compromissos cumpridos em termos de recursos humanos, considerando as 502 (quinhentas e duas) vagas disponibilizadas no Concurso Público Nacional Unificado – CPNU), sendo 30% destas vagas destinadas a candidatos indígenas. Das 502 vagas, foram efetivadas 338 (trezentos e trinta e oito) posses, restando 164 (cento e sessenta e quatro) liberadas por desistência. Pontuou a autorização recente do MGI para convocar 175 (cento e setenta e cinco) aprovados e a expectativa em relação aos processos seletivos simplificados em andamento. Ressaltou, ainda, a evolução orçamentária dos recursos até 2025, assim como a adoção de medidas normativas, por exemplo: a aprovação do plano de carreira indigenista; a regulação do exercício do poder de polícia da FUNAI; a instituição do GT sobre situação das UTLs; a discussão do Regimento Interno a partir da aprovação do decreto que aprovou a nova estrutura organizacional da FUNAI; e a ampliação da quantidade de unidades e cargos e funções da FUNAI como resultado da reestruturação da autarquia. Apresentou os principais aspectos da reestruturação. Enumerou o histórico da reestruturação, desde a criação do grupo de trabalho pela Portaria nº 886/2024. O GT propôs a ampliação de 84% da estrutura da autarquia. Mencionou que MGI limitou o aumento a 24%, de modo que o GT apresentou proposta final de aumento de 30%, consolidada pelo Decreto nº 12.581, de 06 de agosto de 2025, e pela Portaria FUNAI nº 1.344 de 27 de agosto de 2025. Apresentou a nova estrutura, indicando que a proposta vista estar espelhada no processo da cadeia de valor. Destacou a criação da Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas, anteriormente sob a competência da Diretoria de Proteção Territorial, e a alteração do nome do Museu Nacional do Índio para Museu Nacional dos Povos Indígenas. Explicou também que a competência da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável foi dividida, pela criação da Diretoria de Gestão Ambiental e a Diretoria de Direitos Humanos e Políticas Sociais.

Processo da Cadeia de Valor	Estrutura
Autoridade máxima	Presidente
Processos Gerenciais e de Suporte	Diretoria de Administração Gestão e Órgãos Seccionais da Presidência
Demarcar Territórios Indígenas	Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas
Proteger os Territórios Indígenas e os Povos Isolados	Diretoria de Proteção Territorial
Promover Iniciativas de Sustentabilidade nos Territórios Indígenas	Diretoria de Gestão Ambiental
Promover os direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas	Diretoria de Direitos Humanos e Políticas Sociais
Preservar o Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	Museu Nacional dos Povos Indígenas
Gerenciar o Patrimônio Indígena	Presidência

Destacou os aumentos percentuais de cada parte da estrutura da FUNAI, considerando as diretorias, as coordenações regionais, as coordenações de frente de proteção, as coordenações de suporte, as unidades técnicas locais das CRs, as CTLs e SEPEs das Frentes, os números de funções ou cargos comissionados, e o custo total.

Estrutura	Atual	Nova	Aumentou	%
Diretorias	3	5	2	67%
Coordenações Regionais	39	43	4	10%
Coordenações de Frente de Proteção	11	12	1	9%
Coordenações de Suporte	0	7	7	
Unidades Técnicas Locais das CRs	225	227	4	2%
CTLs e SEPEs das Frentes (Unidades Avançadas)	29	54	25	86%
Número de Funções ou Cargos Comissionados	1.070	1.247	177	17%
Custo Total (pontuação CCE unitário)	828,01	1.080,79	252,78	30%

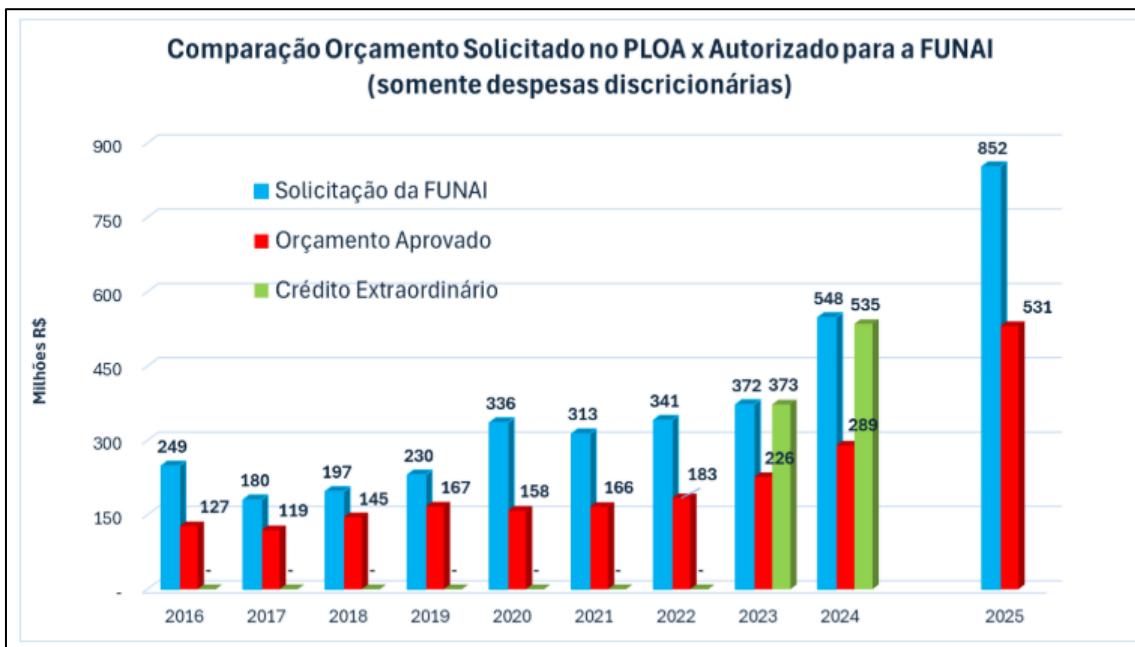
Apresentou a estrutura das unidades descentralizadas, a ser composta pelos seguintes cargos e funções: i) Coordenador Regional; ii) Assistente Técnico; iii) Serviço de Apoio Administrativo; iv) Serviço de Gestão Ambiental Territorial; v) Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e de Cidadania; vi) Serviço de Proteção Territorial; vii) Assistentes Técnicos; e viii) Unidades Técnicas Locais - antigas CTLs. Explicou os macroprocessos de suporte, voltados à gestão de logística pública e à gestão do patrimônio imobiliário.



Indicou também as Coordenações Regionais de Suporte, que constitui estratégia da gestão para criar 7 (sete) novas coordenações regionais de suporte, compostas por funções comissionadas, para absorver as atividades administrativas, de modo que as Coordenações Regionais possam atuar para as atividades finalísticas em campo. Em síntese, explicou que foi proposta a criação de 7 (sete) novas Coordenações Regionais de Suporte (Belém/PA, Cuiabá/MS, Manaus/AM, Recife/PE, Rio Branco/AC, São José/SC, e São Luís/MA) para absorver as atividades administrativas, orçamentárias e financeiras, a serem realizadas por funções comissionadas, de modo que as Coordenações Regionais poderão atuar com foco nas atividades finalísticas em campo. Destacou que não será retirada a autonomia das Coordenações Regionais. As Coordenações Regionais de Suporte terão por objetivo representar a Diretoria de Administração e Gestão (DAGES), com vistas a melhorar o compartilhamento dos recursos da FUNAI.



Apresentou resumidamente o histórico de composição do orçamento da FUNAI no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) desde 2016. Destacou o incremento orçamentário por meio de crédito extraordinário, que permitiu avançar em determinadas ações estruturantes. Explicou também a distribuição dos recursos referentes ao orçamento 2025, considerando despesas discricionárias e emendas parlamentares.



Orçamento 2025: despesas discricionárias e emendas parlamentares

Ação Orçamentária	DAGES	DPDS	DPT	MUSEU	TOTAL (R\$)
21HW - ADPFs 709 e 991	33,0	60,0	144,7	-	237,7
2000 - Administração da unidade	132,8	-	-	-	132,8
20UF - Regularização fundiária, proteção e gestão dos territórios indígenas	-	17,6	110,3	-	127,9
21BO - Direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas	-	27,2	-	2,9	30,1
21GZ COP 30	1,3	-	-	-	1,3
155L - Construção de unidades	0,5	-	-	-	0,5
216H - Ajuda de custo para moradia...	0,3	-	-	-	0,3
TOTAL Despesas Discricionárias (R\$)	167,9	104,8	254,9	2,9	530,6
Emendas Parlamentares (R\$)			2,9	0,5	12,5 (*)

(*) R\$ 9,05 milhões de orçamento de emendas com descrições de objetivo genéricas.
Diretoria responsável pela execução a ser investigada e definida.

Em relação ao PLOA 2026, indicou que a FUNAI solicitou o orçamento de R\$ 1.112.000.000,00 (1 bilhão e 112 milhões de reais). Explicitou as despesas administrativas e finalísticas para investimento em construção, reforma e manutenção de imóveis em 2023, 2024 e 2025. Indicou os desafios da gestão, sendo estes: i) Aumento de recursos humanos para todas as unidades (100% CPNU + novo concurso); ii) Aumento do orçamento da FUNAI anualmente; iii) Equilibrar atendimento a 5 diretorias e interface com 7 coordenações de suporte, para que as CRs, UTLs, Frentes de Proteção e Unidades Avançadas executem ações finalísticas exclusivamente; iv) Qualificar equipes quanto aos fluxos de trabalho e sua operacionalização finalística e administrativa; v) Estruturação física para

assegurar o seu funcionamento otimizando estruturas físicas atuais; e vi) Garantir segurança no trabalho aos servidores no exercício de ações indigenistas. Informou que será encaminhado documento com resumo da reestruturação da FUNAI aos Conselheiros.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI recapitulou as alterações logradas na reestruturação da FUNAI com os pontos autorizados. Pontuou a questão orçamentária como um grande desafio, considerando as perspectivas para o PLOA 2026. Destacou a legitimidade e importância do espaço do CNPI para construção de macropolítica. Mencionou avanços resultantes das mobilizações, por exemplo, a pactuação dos territórios etnoeducacionais, o Programa Nacional de Saneamento Indígena, a reestruturação da FUNAI. Observou a importância não de apenas construir as políticas conjuntamente, mas também garantir a implementação. Ponderou que a FUNAI está em processo de adaptação à reestruturação. Relatou também as dificuldades externas impostas por preconceitos. Reforçou a importância de trazer questões mais amplas ao Pleno, de modo que as situações mais pontuais sejam direcionadas para as áreas técnicas darem os andamentos. Observou a pendência de abordar a pauta da autodeclaração, e sugeriu aguardar a apresentação específica da FUNAI para considerações específicas.

PATRICIA PANKARARÉ/REGIÃO NORDESTE E LESTE questionou a aplicação dos recursos da FUNAI e expressou preocupações com as autodeclarações indígenas, sendo necessário discutir quais os limites da autodeclaração.

PAGU RODRIGUES/FUNAI ponderou ser necessário distinguir casos de fraude à autodeclaração com envolvimento de servidor da FUNAI. Solicitou que esses casos sejam formalmente reportados à FUNAI, de modo que possam ser instituídos os instrumentos adequados de averiguação. Em se tratando de casos de fraude sem envolvimento de servidor da FUNAI, orientou aos representantes que promovam discussões internas nas comunidades indígenas sobre o enquadramento da etnicidade, visto que não seria competência da FUNAI declarar quem não é indígena.

PATRICIA PANKARARÉ/REGIÃO NORDESTE E LESTE relatou caso notificado em mídia nacional sobre suposta declaração de não indígena que haveria tido consentimento de servidor da FUNAI. Ressaltou a importância de penalização ao servidor caso seja identificada a fraude.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI sugeriu a solicitação da documentação para averiguar a situação.

PAGU RODRIGUES/FUNAI confirmou que a FUNAI irá instaurar as diligências para solicitar a declaração e identificar o servidor envolvido, caso existente.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI reforçou a importância do tema ser discutido no território e entre as lideranças.

EDNALDO TABAJARA/APOINME sugeriu à FUNAI realizar seminários com as lideranças sobre autodeclaração. Sugeriu também a elaboração de resolução sobre o tema para conhecimento das lideranças.

O Plenário acordou prosseguir com as discussões sobre o tema na manhã do segundo dia de reunião, sendo pré-definida a inscrição dos seguintes Conselheiros para fala em Plenário: Giba Tuxá; Eladio Kokama; Tayse Potiguara; e Dorinha Pankará.

Reunião encerrada às dezenove horas e vinte e cinco minutos.

Brasília, 10 de outubro de 2025.

2º Dia de Reunião

Aos dez de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Brasília Imperial Hotel, situado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 3, Asa Sul, Brasília – DF, no Salão Imperial V e VI, ocorreu o segundo dia da **5ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

Foi realizado ritual de abertura conduzido por PATRÍCIA PANKARARÉ e MARCOS TUPÃ.

MARCOS TUPÃ fez a entrega de documento à Ministra Sonia Guajajara (MPI), com levantamento sobre o orçamento e recursos de diversos ministérios.

Abertura pela MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI. A Ministra deu as boas-vindas aos presentes.

BENICIO JUNIOR/APOINME suscitou questão de ordem para cumprimento do horário da programação.

RETOMADA DOS DEBATES SOBRE A APRESENTAÇÃO DA FUNAI

Conforme acordado no primeiro dia de reunião, foi retomada a fala dos conselheiros inscritos.

TAYSE POTIGUARA/APOINME informou que a CT I solicitou à FUNAI realizar apresentação sobre as estratégias e medidas adotadas para diminuir as situações de crise das UTLs em todo o território nacional. Questionou se haveria informações sobre o cronograma e a disponibilidade de orçamento para fortalecimento das UTLs.

ELADIO KOKAMA/AMAZONAS ponderou a necessidade de retomar as UTLs nos locais onde seriam instaladas no passado. Em relação ao RANI, relatou a experiência do seu território onde foi feito protocolo para realizar a aprovação dos parentes autodeclarados. Nesse contexto, quem aprova a autodeclaração é a comunidade ou as organizações do povo.

DORINHA PANKARÁ demonstrou apoio à fala de Tayse Potiguara. No que se refere à autodeclaração, relatou desafios para registro do sobrenome utilizado pela sua família. Destacou a importância do debate considerar o contexto nacional.

GIBA TUXÁ/APOINME propôs o agendamento de reunião junto à FUNAI para tratar da reestruturação e da autodeclaração. Apresentou diagnóstico sobre a região oeste da Bahia, destacando que a UTL conta apenas com 1 (um) funcionário para atender 13 (treze) aldeias em 8 (oito) municípios. Relatou experiência de luta no movimento indígena. Pontuou a importância de construir um Comitê Gestor para as CRs, com vistas a apoiar a gestão local.

CARLA JARRAIRA/CIR/COIAB recapitulou o Plano de Trabalho da CT II e ressaltou a proposta de realizar seminário sobre autodeterminação, com enfoque na autodeclaração. Pontuou que, para emissão da autodeclaração são necessárias assinaturas de 4 (quatro) ou 5 (cinco) lideranças. Observou que as fraudes constituem problema comunitário, sendo necessária a avaliação local, não apenas de responsabilidade da FUNAI. Sugeriu que os Conselheiros leiam o Plano de Trabalho da CT II e verifiquem as atividades propostas. Informou que a iniciativa do seminário está em fase de contratação de consultorias, com a expectativa de realização do evento em fevereiro próximo.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS suscitou questão de ordem para compartilhar notícia sobre o assassinato de duas crianças no Amazonas, na região do Andirá. Fez chamado às representações dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e dos Direitos Humanos para adotar medidas sobre essas situações que afetam os territórios.

DINAMAN TUXÁ/APIB destacou a existência da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 12/2024, que trata o registro civil de nascimento da pessoa indígena. Propôs como encaminhamento enviar comunicação à rede de cartórios para reforçar o conteúdo da resolução. Relatou, ainda, que durante o Governo Bolsonaro foi removida a obrigação de digitalização dos documentos das CTLs, que estão fazendo falta. Questionou a FUNAI sobre a possibilidade de localizar as documentações, caso estejam na sede da autarquia.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME pontuou ser necessário orientar a Receita Federal sobre a aceitação da grafia de nomes indígenas, visto que, embora no Cartório seja possível registrar o nome, o sistema da Receita Federal ainda não reconhece alguns acentos dos nomes indígenas. Propôs também encaminhar iniciativa junto às universidades para resolução.

MISLENE METCHACUNA/FUNAI enfatizou o momento de reestruturação da FUNAI, com a tentativa de fortalecer as Coordenações Regionais pelas Coordenações Regionais de Suporte para desenvolvimento das atividades-meio. Em resposta à proposta de Giba Tuxá, enfatizou a abertura da FUNAI para realizar reunião e dialogar sobre as propostas.

PAGU RODRIGUES observou a impossibilidade de apresentar orientação direta à Receita Federal, visto que a Resolução Conjunta nº 12/2024 foi emitida pelo CNJ e pelo CNMP. Sugeriu fosse apresentada recomendação para que o CNJ promova as medidas necessárias. Ponderou ser possível o diálogo para discussão sobre a Declaração de Pertencimento Étnico, que exige a assinatura de 3 (três) lideranças. Destacou não ser competência da FUNAI interferir no mérito das declarações assinadas pela liderança, sendo obrigação da autarquia averiguar a existência de servidores emitindo

declarações, o que não é mais permitido. Nesse contexto, explicou também que a Certidão de Exercício de Atividade Rural (CA) continua sob a competência da FUNAI, a qual está adotando todas as medidas necessárias para investigar os casos de CAs fraudulentas. Entretanto, enfatizou que parte da investigação está sob a responsabilidade da Polícia Federal.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI propôs a realização de reunião da Bancada Indígena junto à FUNAI e ao MPI, sendo possível a discussão do tema com profundidade nas reuniões da Bancada Indígena. Propôs que o tema seja discutido na próxima reunião da Bancada Indígena.

TAYSE POTIGUARA/APOINME reforçou o encaminhamento anterior de que a CT I também realize discussões sobre o tema da autodeclaração.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI pontuou a diferença entre os casos de fraude e os casos de pessoas em processo de retomada das suas origens indígenas e identidade familiar, não sendo possível generalizar. Enfatizou o direito à autodeterminação que também é garantido pela Convenção nº 169 da OIT. Nos casos de retomada da origem étnica, destacou a importância da pessoa interessada em buscar o reconhecimento junto à comunidade. Nos casos de fraude, a FUNAI continua responsável pela investigação e responsabilização das pessoas envolvidas. Observou a complexidade e sensibilidade do tema, sendo necessário aprofundar o debate junto às Câmaras Técnicas e à FUNAI.

ANÚNCIOS E ATOS

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI anunciou o momento solene de apresentação e assinatura dos atos de cooperação.

O cerimonialista anunciou a composição da mesa: Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública Comunitária e Estatal; Vinícius Carvalho Pinheiro, Diretor do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil; Pedro Martinez, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); João Paulo Schoucair, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Juiz Auxiliar Otávio Bruno da Silva Pereira, em substituição ao Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Desembargador Caetano Levi, representante da Escola Nacional da Magistratura; Kenarik Boujikian, Secretária Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria-Geral da Presidência da República; Ricardo Weibe Tapeba, Secretário de Saúde Indígena; Flavio Roman, Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União substituto; Ministro Frederico de Siqueira Filho, Ministro de Estado das Comunicações; e Ministra Sonia Guajajara, Ministra de Estado dos Povos Indígenas.

MINISTRO FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO/MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES saudou as autoridades da mesa e aos presentes. Anunciou a nova etapa de cooperação entre os Ministérios, que nasce do compromisso do Governo Lula com a garantia da conectividade e direito dos povos indígenas. A iniciativa se insere no Plano Nacional de Inclusão Digital, e terá por objetivo incluir os povos e comunidades indígenas na política pública. Relatou a entrega de computadores e cursos de TI às comunidades indígenas por meio do Programa de Computadores para Inclusão. Relator ações para os povos Kaingang e Yanomami. Relatou também a atuação por meio do Programa Bem-Viver+

do Ministério dos Direitos Humanos. Mencionou a entrega de computadores e ações voltadas ao povo Guarani-Kaiowá. Enfatizou a participação do Ministério das Comunicações no Grupo Técnico de Apoio Interministerial à Desintrusão de Terras Indígenas. Pontuou também o fortalecimento da infraestrutura em Belém – PA, em preparação à COP30, que posteriormente também beneficiará a população local. Como resultado da parceria entre os Ministérios, anunciou a preparação de edital específico para outorga de rádios voltado às comunidades indígenas. Reforçou o compromisso em continuar com o trabalho de fortalecimento da cidadania.

WEIBE TAPEBA/SESAI anunciou a celebração de cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, sendo que recentemente foi firmado TED para instalação de sistemas de cisternas indígenas no semiárido brasileiro. Destacou que a ação irá beneficiar os DSEIs do nordeste, com a previsão de construção de cerca de 4.000 cisternas indígenas. Anunciou também a construção de unidades básicas de saúde indígena como resultado dos recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A previsão é de implementação de 92 unidades de saúde indígena, sendo que falta apenas a construção de 27 unidades para conclusão integral das unidades previstas no PAC.

Anúncio das parcerias institucionais e assinatura simbólica dos atos.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI e CAETANO LEVI assinaram o ato de cooperação entre o Ministério dos Povos Indígenas e a Associação de Magistrados Brasileiros. O acordos tem por objetivo a integração institucional entre o MPI e a AMB, com foco em atividades culturais e acadêmicas conjuntas, como seminários, palestras, debates, concursos, divulgando a realização de atividades jurídicas em âmbito nacional.

Pedro Martinez (MJSP), Conselheiro João Paulo Schoucair (CNJ), Juiz Otávio Bruno da Silva Pereira (TST), Desembargador Caetano Levi (Escola Nacional da Magistratura), Secretária Kenarik Boujikian (Secretaria-Geral da Presidência da República), Ministro Flavio Roman (AGU) e Ministra Sonia Guajajara (MPI) assinaram acordo de cooperação para tradução da Convenção nº 169 da OIT em línguas indígenas. O acordo foi firmado entre a Secretaria-Geral da Presidência, o MPI, o MJSP, a AGU, o CNJ, o TST e o MPF para tradução da Convenção nº 169 da OIT para 10 línguas indígenas.

VINÍCIUS CARVALHO PINHEIRO/OIT, saudou às autoridades presentes e enfatizou a importância da iniciativa de tradução da Convenção nº 169 da OIT. Relatou ter sido presenteado por Cacique do povo Karipuna com escudo, o qual foi comparado à convenção. Destacou que a convenção possui status legal de suprallegalidade, sendo que o Estado brasileiro é obrigado a cumprir a normatividade. Recapitulou a tentativa de denúncia da Convenção nº 169 da OIT, o que foi superado. Relatou esforço de tradução inicial da convenção para 4 (quatro) línguas Guarani-Kaiowá, Kayapó, Terena, Ticuna. Pontuou que a convenção vai muito além do direito à consulta, mas abrange também outros elementos que devem ser considerados no escopo da normatividade.

KENARIK BOUJIKIAN/SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA recapitulou o histórico de construção do ato de cooperação. Enfatizou a necessidade de dar cumprimento às disposições da Convenção. Explicou que a proposta da iniciativa é iniciar as traduções para as 10 (dez) línguas, com consulta às comunidades indígenas sobre o processo de

tradução. Registrhou seu agradecimento à Maria Augusta Torres, Raquel Vuelta e Mariana Lobo que auxiliaram o processo de construção do projeto.

FLÁVIO ROMAN/AGU ressaltou a alegria da AGU em participar da assinatura do ato que irá realizar a tradução da convenção para as 10 (dez) línguas indígenas mais faladas. Enfatizou que o papel da AGU é de facilitação, visto que a iniciativa é desenvolvida pelos povos indígenas e para os povos indígenas. Relatou a assinatura do Termo de Execução Cultural do Programa Língua Indígena Viva em março de 2025. Pontuou que o programa surge com a diretriz de atribuir protagonismo aos povos indígenas. Relatou que a iniciativa surgiu do compromisso assumido pelo Ministro Jorge Messias com a Ministra Rosa Weber, à época ocupando a presidência do STF, que havia organizado a primeira tradução da Constituição Federal para uma língua indígena, em dar continuidade às traduções. Observou que traduzir a convenção não é apenas ato cultural, mas ato de justiça histórica, abrindo caminhos para o reconhecimento de uma cidadania plena, enfatizando também o contexto da COP30, e o compromisso da soberania brasileira com sua história ancestral.

Foto oficial da mesa.

JOÃO PAULO SCHOUCAIR /CNJ destacou o orgulho do Conselho Nacional de Justiça em assinar o ato. Informou que o ato de cooperação assinado será divulgado aos juízes do país. Informou a realização de consulta pública aberta para criação de normativa com recomendação aos magistrados para oitiva dos povos indígenas.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI mencionou a continuidade do trabalho de tradução iniciado pela Ministra Rosa Weber, com a tradução da Constituição Federal para o Nheengatu, língua indígena falada por diversos povos da Amazônia. Relatou processo de resgate de povos em outras regiões para falar o Nheengatu, após o contexto histórico de colonização. Pontuou que também entrou em contato com o Emirados Árabes Unidos, que irá realizar a tradução para mais 2 (duas) línguas. Recapitulou a assinatura de outros no Pleno com diversos ministérios. Ponderou a intenção de que as ações tenham o máximo de alcance possível, para garantir o acesso dos povos indígenas, apesar dos desafios considerando a extensão do país e a diversidade étnico-cultural. Mencionou também o intento de adicionar mais ações estruturantes para os territórios no PAC.

PANORAMA ATUAL DA POLÍTICA INDIGENISTA NO CONGRESSO NACIONAL

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI convidou Ingrid Martins, representante do Departamento Jurídico da APIB, para apresentar a pauta.

INGRID MARTINS/APIB informou que, anualmente, a APIB realiza o mapeamento das proposições legislativas na agenda indígena no âmbito do Congresso Nacional. Mencionou a aprovação da Lei do Marco Temporal, chamada de Lei do Genocídio Indígena, e do PL da devastação que desregulamenta o processo de licenciamento ambiental. Relatou os ataques das bancadas que atuam contra o direito originário dos povos indígenas. Apresentou que o chamado “pacote da destruição” é composto por uma série de Propostas de Emendas à Constituição (PECs), que tem por objetivo desconstitucionalizar os direitos dos povos indígenas. Ressaltou o posicionamento da APIB em defender os direitos

indígenas previstos na Constituição Federal como cláusulas pétreas, inalteráveis até mesmo pelas PECs. Nesse contexto, mencionou as referidas PECs: i) PEC 48/2023 sobre o marco temporal; ii) a PEC 59/2023 sobre a demarcação de territórios indígenas; iii) PEC 132 sobre indenização prévia e benfeitorias; e iv) PEC 10/2024 sobre atividades econômicas em territórios indígenas. Relatou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 717/2024, que susta os efeitos da demarcação das terras indígenas Toldo do Imbu e do Morro dos Cavalos constitui precedente ameaçador para a demarcação de territórios. Mencionou também o Projeto de Lei (PL) da Devastação, o qual propõe um licenciamento ambiental especial, em caso de empreendimentos considerados estratégicos, com o objetivo de simplificar o procedimento de licenciamento. Mais recentemente, informou o avanço da pauta da mineração e do garimpo nos territórios indígenas, especialmente pela ação da Senadora Damares Alves na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Esse avanço compreende dois novos projetos de lei: PL 6050/2023 e PL 1331/2022, que busca a liberação da lavra de garimpo em terras indígenas. Relatou também os efeitos negativos da CPI das ONGs no Senado. Observou a tentativa de que as discussões sobre o garimpo sejam incluídas no grupo de trabalho (GT) do Senado Federal que trata da regulamentação da mineração em terras indígenas. Pontuou que as discussões do GT não respeitam o direito à consulta dos povos indígenas, pois não houve qualquer escuta às comunidades enquanto principais interessados e afetados pela situação. Ponderou ser necessário pleitear ao GT a escuta do CNPI e a visita aos territórios que sofrem os efeitos do garimpo e da mineração. Mencionou, ainda, PL relacionado ao Decreto nº 1775/1996, que apresenta uma nova proposta de regulamentação ao processo administrativo de demarcação, ampliando o controle político e substituindo a homologação da Presidência da República por medida provisória do Congresso Nacional. Apresentou também o chamado “pacote da demarcação”, composto por propostas legislativas que reafirmam direitos indígenas. Destacou que esse pacote é majoritariamente conduzido pelas mulheres indígenas, como resultado do legado de Joenia Wapichana quando Deputada Federal, e pela atuação de Deputada Célia Xakriabá. Mencionou o PL da PNGATI, explicando que a PNGATI atualmente é regulamentada por decreto, sendo necessária a aprovação de lei para a política. Considerou a importância da COP30 para mobilização e aprovação dos projetos. Indicou o PL da regulamentação do agente indígena de saúde e agente indígena de saneamento. Trata-se de proposta que equipara os agentes comunitários de saúde do SUS, fortalecendo a saúde indígena. Apresentou, ainda, o PL do Ecocídio, apresentado pela Deputada Célia Xakriabá, que tipifica crimes contra a natureza, e a PEC dos direitos da natureza, também de autoria da Deputada Célia Xakriabá, em fase de coleta de assinaturas. Por fim, pontuou a necessidade de avanços para a ratificação do Acordo de Escazú, primeiro tratado ambiental da América Latina que versa sobre participação pública e justiça ambiental. O acordo foi assinado em 2018 pelo Brasil, mas ainda não houve avanços no Congresso para ratificar o acordo. Pontuou, inclusive, a existência de retrocessos, visto que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados rejeitou a aplicabilidade do acordo recentemente.

CARLA GUARESCHI/MPI relatou o esforço de articulação para dar seguimento prioritário aos projetos de lei que garantem a defesa dos direitos indígenas. Citou como exemplo a prioridade do PL 4347, que transforma em lei o decreto da PNGATI. Mencionou também a atuação da Deputada Célia Xakriabá na qualidade de Presidente da Comissão de Povos Originários, criada em 2023, e na Comissão da Mulher, ampliando o escopo dos projetos apresentados. Observou a importância dos recursos para implementação das iniciativas, e com a aproximação do final do ano, são reiterados os esforços para direcionar a composição do orçamento e garantir a destinação de recursos que permitam a implementação de políticas. Informou que, em 2025, foram arrecadadas 25 milhões de reais em

emendas parlamentares, direcionadas para o MPI e para a FUNAI. Pontuou que estão acompanhando com preocupação PDL nº 717/2024, que é inconstitucional.

DEBATES

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI abriu a lista de inscrições ao Plenário.

CASSIMIRO TAPEBA/REGIÃO NORDESTE relatou processos judiciais que solicitam nulidade e reintegração de posse do território do povo Tapeba, com fundamento nos novos projetos de lei em tramitação. Observou que existe desalinhamento dos poderes em relação à pauta da demarcação fundiária. Pontuou a importância de realizar debate propositivo sobre o tema. Solicitou também a solidariedade dos Conselheiros aos casos em que as comunidades estão sofrendo com ameaças aos seus territórios, para que não permaneçam como casos isolados.

MARIAZINHA BARÉ cedeu sua fala a Paulino Montejo, representante da APIB.

PAULINO MONTEJO/APIB afirmou que o coração da luta é a proteção dos territórios. Avaliou que a composição atual do Congresso é uma das mais reacionárias da história. Apresentou reflexão sobre a importância dos esforços para construção de um novo projeto de país, democrático e alinhado aos direitos garantidos na Constituição Federal.

CLEBER BUZATTO/CIMI agradeceu a apresentação e ressaltou a importância do tema. Pontuou ser necessário dedicar mais tempo no Conselho para aprofundar o debate e potencializar a atuação do Conselho no enfrentamento às pautas.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI concordou em aprofundar as discussões no Conselho, com o objetivo de realizar nivelamento de conjuntura e estabelecer encaminhamentos conjuntos. Sugeriu iniciar todas as reuniões do CNPI, dedicando a parte da manhã do primeiro dia para discutir sobre a conjuntura.

CARLA GUARESCHI/MPI destacou que a criação da Universidade Indígena também dependerá da aprovação de projeto de lei pelo Congresso Nacional. Observou a possibilidade de que na próxima reunião do CNPI o projeto já esteja em tramitação. Enfatizou a importância da mobilização propositiva dentro do Congresso Nacional para garantir a criação da Universidade Indígena.

INGRID MARTINS/APIB reforçou a importância de diálogo com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para fortalecer a mobilização dos Deputados e Senadores que apoiam os projetos da causa indígena.

BRASÍLIO PRIPÁ/XOKLENG/SANTA CATARINA também sugeriu a importância dos Conselheiros indígenas estarem em contato com os deputados que apoiam para fortalecer a articulação no Congresso Nacional.

CEIÇA PITAGUARY/MPI pontuou a importância dos representantes indígenas acompanharem os deputados e senadores eleitos por eles, para que sejam feitas discussões dentro dos territórios.

Às quatorze horas e trinta minutos, retomada a 5ª Reunião Ordinária do CNPI. Abertura da parte da tarde da reunião por Dinaman Tuxá (APIB).

PROGRAMA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS

DINAMAN TUXÁ/APIB anunciou a apresentação do Programa de Proteção Territorial de Terras Indígenas (PPTI), projeto desenvolvido pela Assessoria Internacional da APIB em parceria com a GIZ e o MPI.

KARINA MELLO/APIB contextualizou o histórico da iniciativa, inspirada na experiência exitosa do PPTAL como resultado da ECO92, de modo que a criação do PPTI tenha como base o acúmulo do PPTAL, desta vez no contexto da COP30. Recapitulou que os principais componentes do PPTAL e dos legados da iniciativa. O PPTAL foi coordenado por um consórcio tripartite entre o Governo Brasileiro (FUNAI), cooperação internacional e organizações indígenas. Pontuou que o programa criou protocolos técnicos e operacionais pioneiros que até hoje servem de base para os processos de demarcação, sendo que foram demarcadas cerca de 90 Terras Indígenas ao longo dos 15 anos de implementação do programa. Apresentou o calendário de construção do PPTAL, iniciado em março de 2025, com previsão de anúncio do programa na COP30. Indicou a realização de 3 (três) oficinas, em março, agosto e setembro de 2025, explicando o escopo da agenda de cada oficina. Destacou, como resultados da primeira oficina, a definição dos seguintes eixos: i) Demarcação das terras indígenas; ii) Proteção e gestão territorial (implementação da PNGATI); iii) Fortalecimento das organizações políticas e mecanismos financeiros indígenas. Enfatizou que foram realizadas entrevistas com atores-chave, as quais ocorreram entre junho e outubro de 2025. Retomou as premissas estabelecidas do programa, sendo estas: i) abrangência nacional; ii) governança tripartite; e iii) elevado grau de participação indígena na formulação e implementação do programa. Apresentou a matriz construída durante as oficinas, para cada eixo definido, as quais indicam linhas de ação e atividades relacionadas para cumprir objetivo específico. Avaliou que a proposta do PPTI seria para canalizar diferentes recursos e análises, garantindo o avanço concreto em relação aos direitos territoriais. Indicou como próximos passos a realização do Seminário sobre o PPTI e na Pré-COP Indígena. Ainda em 2025, mencionou o anúncio conjunto na COP30. Em 2026, destacou a expectativa de consolidação da articulação institucional do programa e de sua estrutura de governança; a definição de metas, resultados esperados e indicadores; e o lançamento do PPTI.

DINAMAN TUXÁ/APIB reforçou o chamado de apoio aos Ministérios presentes para consolidação da iniciativa. Pontuou que o objetivo de apresentar o PPTI para o Plenário seria de convidar os Ministérios a se somarem e identificar os gargalos estruturais que impedem a demarcação de terras indígenas.

MARIA AUGUSTA TORRES/SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA solicitou o convite à Secretaria-Geral da Presidência no Seminário sobre o PPTI a ser realizado na próxima semana.

RETOMADA DA ATUALIZAÇÕES SOBRE INICIATIVAS E PROGRAMAS DE INTERESSE DOS POVOS INDÍGENAS

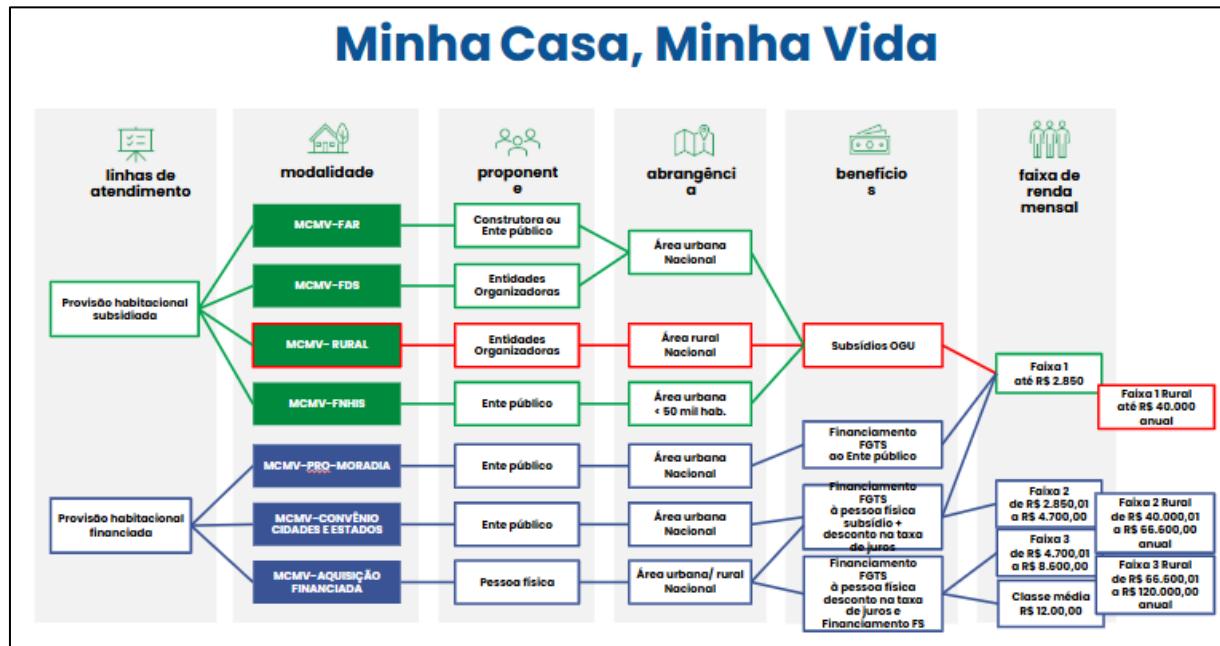
DINAMAN TUXÁ/APIB anunciou a retomada da pauta de atualizações sobre iniciativas e programas de interesse dos povos indígenas, para apresentação do Ministério das Cidades sobre o Minha Casa, Minha Vida Rural.

CASSIMIRO TAPEBA/REGIÃO NORDESTE solicitou a palavra para pontuar o esvaziamento da Bancada de Governo na reunião. Sugeriu que a Secretaria-Executiva pudesse adotar estratégia para garantir a participação dos Conselheiros ou suplentes.

INATHAN TUXÁ/MPI informou que a Secretaria-Executiva tem entrado em contato previamente com os Conselheiros da Bancada de Governo para confirmar a participação nas reuniões ordinárias. Propôs a realização de reunião com a Bancada de Governo para tratar da situação.

MARIA AUGUSTA TORRES/SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA informou a existência de Secretaria na Presidência da República, responsável por acompanhar todos os Conselheiros governamentais. Indicou a possibilidade de serem adotados esforços por meio dessa Secretaria para garantir a representação da Bancada de Governo.

MIRNA CHAVES/MINISTÉRIO DAS CIDADES iniciou a apresentação sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, indicando que esta iniciativa constitui apenas uma das linhas de atendimento do Programa, constituído por provisões habitacionais subsidiadas e financiadas. Destacou que o Minha Casa, Minha Vida prioriza os povos indígenas em todas as suas linhas de atendimento.



Apresentou a regulamentação do Minha Casa, Minha Vida Rural. Indicou que o Programa conta com Comitê de Acompanhamento, o qual conta com a participação do MPI, da FUNAI, órgãos de governo

e entidades da sociedade civil ligadas à agricultura familiar. Mencionou a participação de Jecinaldo Sateré como representante da APIB no Comitê de Acompanhamento, apresentando propostas para adequar as normativas ao contexto dos povos indígenas.

MCMV Rural 2025

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO

- **Finalidade:** acompanhar, avaliar e aprimorar a execução
- **Composição:** 1 representante da SE/MCid, 3 representantes da SNH/MCid e 1 de cada um dos seguintes órgãos/entidades:
 - **governamentais:** gestor operacional - CAIXA, agentes financeiros, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento Social, INCRA, FUNAI, Ministério da Igualdade Racial...
 - **entidades:** CONTAG, CONTRAF, MCP, MLT, MAB, MPA, MST, APIB, CONAQ, MPP, MMC, ANPCT, CNS...
- Poderão ser convidados representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, e especialistas
- Outras entidades poderão solicitar participação permanente no Comitê, desde que constituídas há mais de 10 anos, possuam representação nacional e exerçam atividades de desenvolvimento rural sustentável e de promoção do direito à moradia do público rural

Explicou que o Minha Casa, Minha Vida Rural tem como público-alvo agricultores familiares, trabalhadores rurais e famílias residentes em área rural. Indicou, ainda, que entidades privadas devem participar de processo de habilitação, com prazo indeterminado. Explicou os níveis de habilitação, que considera a abrangência e a quantidade de unidades habitacionais pretendidas. Afirmou que a meta para o processo seletivo atual é de 30 mil unidades.

MCMV Rural 2025

Habilitação

Portaria MCID nº 925, de 21/8/2025

- ✓ **Habilitação é etapa obrigatória** para EOs privadas e prévia à apresentação da proposta
- ✓ **Recepção dos níveis de habilitação de 2023/2024** já adquiridos
- ✓ **Requalificação** para ampliar nível de habilitação e área de abrangência sem possibilidade de retrocesso do nível já obtido
- ✓ Habilitação passou a ter **validade por período indeterminado**
- ✓ **Redução dos pontos mínimos** em experiência de construção habitacional para aumento do nível de habilitação – **redução dos degraus**
- ✓ **Resultado da habilitação prévio** à apresentação de propostas
- ✓ Apresentação de propostas até o **dobro do nível da EO**

MCMV Rural 2025

Habilitação - novos níveis

NÍVEL DE HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA	QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA EXECUÇÃO SIMULTÂNEA	
		EO DE ABRANGÊNCIA MUNICIPAL	EO DE ABRANGÊNCIA ESTADUAL, REGIONAL OU NACIONAL
F	De 8 a 14 pontos	Até 50	Até 70
E	De 15 a 20 pontos, desde que obtidos, no mínimo, 2 pontos em construção e 3 pontos em projetos	Até 100	Até 150
D	De 21 a 25, desde que obtido, no mínimo, 4 pontos nem construção e 5 pontos em projetos	Até 200	Até 300
C	De 26 a 40 pontos, desde que obtidos, no mínimo, 8 pontos em construção e 5 pontos em projetos	Até 350	Até 500
B	De 41 a 60 pontos, desde que obtidos, no mínimo, 16 pontos em construção e 5 pontos em projetos	Até 500	Até 700
A	Acima de 61, desde que obtido, no mínimo, 24 ponto em construção e 5 pontos em projetos	Até 700	Até 1.000

- ✓ Nível F para EO's iniciantes
- ✓ EO pública municipal – 700 UHs
- ✓ EO pública estadual – 2.000 UHs

7



Pontuou a previsão de subvenção por família inclui a construção de cisternas e, no caso de melhorias habitacionais, o Ministério possibilita a melhoria de sistema fotovoltaico, cisterna, varandas etc. Apresentou o programa mínimo da produção habitacional, destacando o incentivo à projetos que considerem a cultura local, e indicando brevemente o calendário de seleção do programa, assim como o fluxo de seleção e contratação.

MCMV Rural 2025

PRODUÇÃO HABITACIONAL

- Área mínima – 40 m² + varanda
- **Programa mínimo** – varanda + sala + 1 dormitório casal + 1 dormitório para 2 pessoas + cozinha + área de serviço + banheiro
 - não estabelece área mínima por cômodo, mas define mobiliário e espaço de circulação
 - largura mínima da varanda: 1,20 m - deverá ser coberta e preferencialmente anteceder o acesso principal da UH
 - previsão de futura ampliação da UH, sem prejuízo das condições de iluminação e ventilação natural dos cômodos existentes



Foto casa - EO: Associação de desenvolvimento comunitário do Mutumbo.
Povoado MUTUMBO, Município de PEDRINHAS Sergipe

Foto planta baixa - EO: AFACE
Projeto: Governo do Estado do Ceará

MCMV Rural 2025

Calendário de Seleção

- ✓ até o dia 5/11/25, EO solicita **habilitação ou requalificação**, conforme Portaria MCID nº 925/2025
- ✓ até o dia 20/11/25, o AF, efetiva análise da documentação e **comunica à EO o seu resultado**
- ✓ entre 20/10 e 5/12/25, a EO **habilitada apresenta proposta** de produção ou melhoria habitacional, limitada ao dobro do seu nível de habilitação
- ✓ até 4/1/26, o AF encaminha ao GO o **resultado do enquadramento das propostas**
- ✓ até 14/1/26, o GO encaminha ao MCID a relação das **propostas enquadradas** pelo AF
- ✓ até 13/2/26, o MCID divulga **propostas selecionadas**

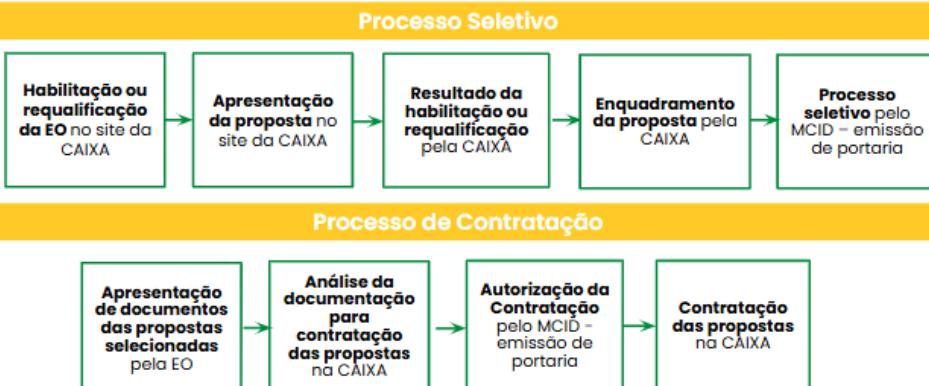
<https://atenderhabitacao.caixa.gov.br/mcmv-rural-habilitacao-entidade/a58d77dc-0117-4f3a-8219-8066cea5ab90>

14



MCMV Rural 2025

Fluxo de seleção e contratação



<https://atenderhabitacao.caixa.gov.br/mcmv-rural-habilitacao-entidade/a58d77dc-0117-4f3a-8219-8066cea5ab90>

Indicou os critérios de seleção de propostas, dentre os quais se destaca o atendimento de comunidades tradicionais remanescentes de quilombolas e povos indígenas. Demonstrou brevemente as informações solicitadas no Formulário de Apresentação de Propostas, explicando que foi feito esforço de simplificação para garantir o foco nas características do município e das comunidades. Elencou os desafios do programa, sendo estes: i) a constituição de entidades organizadoras que representam legitimamente segmentos e consigam se habilitar para operar o programa, inibindo o acesso de entidades não representativas; ii) acesso a informações sobre normativos e prazos de inscrição e seleção, ampliando a capacidade de divulgação do governo em linguagem acessível; iii) processo altamente informatizado realizado por meio de acesso a sistemas, sendo necessário disponibilizar canais de atendimento para auxiliar entidades; iv) elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura adequadas às diferentes características regionais, ambientais, climáticas e especificidades culturais, práticas e modos de vida, unidade familiar, forma de ocupação do território e uso tradicional de técnicas e tecnologias.

BRASÍLIO PRIPÁ/XOKLENG/SANTA CATARINA solicitou ao governo criar um governo específico para os povos indígenas, considerando a diferença entre o contexto indígena e não-indígena e os desafios enfrentadas por cada grupo.

WURIU MANCHINERI/REGIÃO AMAZONÔNICA questionou o funcionamento da habilitação das organizações e se essas organizações seriam responsáveis pela gestão do recurso.

TAYSE POTIGUARA/APOINME questionou se uma organização com 30 (trinta) anos de história, sem experiência na produção habitacional, poderiam se habilitar para o programa. Denunciou casos de assédio no Rio Grande do Norte, por parte de associações que tentam pressionar as comunidades a participar do programa pelas suas estruturas. Questionou como seria o funcionamento do Programa para indígenas em áreas de assentamento da reforma agrária. Questionou também se, caso a entidade habilitada não for indígena, se haveria possibilidade de contratação de mão-de-obra indígena para geração de renda.

MARCOS TUPÃ questionou se foi superada a exigência de certificado rural para indígenas.

DORINHA PANKARÁ/ relatou experiências na comunidade Pankará, oportunidades nas quais foi identificada a impossibilidade de cumprimento do programa mínimo da produção habitacional, sendo que não foi possível concluir as obras por falta de recursos. Questionou se o novo edital segue o mesmo modelo.

ELADIO KOKAMA/AMAZONAS questionou a possibilidade de candidatura das associações indígenas para aplicação dos projetos nos territórios indígenas. Perguntou também se o programa somente pode ser implementado em territórios homologados.

CASSIMIRO TAPEBA/REGIÃO NORDESTE relatou as realizações do programa no território Tapeba e no seu estado. Sugeriu o debate sobre a obrigatoriedade do CAF para acessar o programa, visto que muitas comunidades indígenas não conseguem acessar esse certificado. Sugeriu a articulação ou cooperação para que o programa tenha linha específica para as populações indígenas, considerando as especificidades e desafios.

SERGIO TERENA/CONSELHO TERENA questionou se o acesso à política somente é possível pelo governo do estado, ou se poderia haver acesso pela FUNAI ou pelo MPI. Relatou dificuldades para fiscalização das empreiteiras.

MARCIA MENDONÇA/RIO DE JANEIRO suscitou as dificuldades de acesso para inscrição. Questionou se haveria possibilidade de equipe de apoio para auxiliar as comunidades na inscrição no programa.

DINAMAN TUXÁ/APIB destacou as manifestações dos Conselheiros para criação de uma linha específica do programa para os povos indígenas. Sugeriu a elaboração de cartilha/manual institucional para facilitar o entendimento sobre o programa e para orientar as comunidades, com o objetivo de evitar o assédio de entidades não habilitadas.

JECINALDO SATERÉ/MPI ponderou ter sido acatada a sugestão de formação pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica para as comunidades, com vistas a explicar melhor os termos do edital para as comunidades. Solicitou que a CT VI dê andamento à proposta de construção de um programa específico para os povos indígenas, juntamente com a SEART/MPI, a ser apresentada na próxima reunião.

MIRNA CHAVES/MINISTÉRIO DAS CIDADES explicou que o Programa passou por reestruturação em 2023, oportunidade na qual foi possível atender cerca de 6.000 famílias indígenas. Explicou que a subvenção é concedida à família beneficiada, em formato de administração direta. Entretanto, se houver a participação de empreitada, e houver o interesse em contratação da mão-de-obra, poderá haver a remuneração. Em relação à carta de anuência da FUNAI, destacou a importância do documento para evitar entidades não qualificadas. No contexto urbano, os municípios devem indicar as famílias como prioridade para atendimento.

JECINALDO SATERÉ/MPI destacou que deve ser levado em consideração o contexto de cada município, visto que determinadas comunidades enfrentam resistência por parte da administração dos municípios em decorrência dos conflitos territoriais.

LEITURA, DEBATE E VOTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI anunciou a leitura das resoluções para debate e votação.

INATHAN TUXÁ/MPI realizou a leitura do texto da PROPOSTA I de Resolução, que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas, com foco na Terra Indígena Xucuru Kariri (AL).

Leitura da Resolução CNPI nº 03, de 10 de outubro de 2025, que recomenda ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério dos Povos Indígenas, à FUNAI e o Governo do Estado de Alagoas, a adoção das medidas administrativas necessárias para avançar na homologação da Terra Indígena Xukuru-Kariri (AL), a proteção às lideranças indígenas ameaçadas, a garantia de segurança aos servidores da FUNAI.

TAYSE POTIGUARA/APOINE sugeriu a inclusão de todos os povos do estado de Alagoas.

CASSIMIRO TAPEBA/REGIÃO NORDESTE E LESTE sugeriu o enfoque no povo Xucuru Kariri considerando as dificuldades enfrentadas pela comunidade.

BENICIO JUNIOR/APOINME destacou que, durante a reunião da Bancada Indígena, foi sugerida a formação de comissão com representantes das organizações para acompanhamento da situação.

MANOEL BATISTA DO PRADO JUNIOR/FUNAI contextualizou a atuação da FUNAI no caso do povo Xucuru Kariri. Mencionou que a FUNAI tem contado com apoio policial.

BRASÍLIO PRIPÁ/XOKLENG/SANTA CATARINA destacou que as resoluções já foram discutidas na Bancada Indígena.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI pontuou a importância de apresentação das resoluções ao Pleno, para deliberação, considerando também a participação da Bancada de Governo. Sugeriu aprovar instrumento em formato diverso de resolução, a ser encaminhado diretamente aos órgãos envolvidos, para agilizar as ações já em andamento.

CAL POTIGUARA/APOINME sugeriu a suspensão das deliberações, considerando a sensibilidade do tema, a ser discutido na próxima reunião do MPI.

CLEBER BUZATTO/CIMI observou que o Conselho Nacional de Direitos Humanos já pautou uma resolução sobre o tema, a qual foi aprovada e publicada recentemente. Ponderou ser necessário avaliar a necessidade de publicar a resolução.

CASSIMIRO TAPEBA/REGIÃO NORDESTE E LESTE defendeu a aprovação da resolução.

DINAMAN TUXÁ/APIB considerou ser necessário o posicionamento do Conselho, em especial por se tratar de demanda encaminhada pela comunidade. Sugeriu a retirada do nome da liderança que consta no texto de resolução.

MANOEL BATISTA DO PRADO JUNIOR/FUNAI sugeriu a releitura dos considerandos da resolução e destacou a necessidade de atuar perante os atores locais que promovem a desinformação e notícias falsas.

Foi feita a releitura do texto da resolução

O Plenário acordou a retirada do considerando nº 5.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI informou que precisaria se retirar para participar do encerramento da reunião do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Solicitou que as resoluções sejam encaminhadas com mais antecedência para avaliação e deliberação pelas bancadas.

DINAMAN TUXÁ/APIB questionou se as alterações no texto foram acatadas, e submeteu o texto para votação pelo Pleno.

RESOLUÇÃO APROVADA.

CEIÇA PITAGUARY/MPI realizou a leitura do texto da PROPOSTA II de Resolução, que dispõe sobre a autoaplicabilidade do direito à consulta livre, prévia e informada em conformidade com a Convenção nº 169 da OIT

Leitura da Resolução CNPI nº 04, de 10 de outubro de 2025, que recomenda aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que garantam a autoaplicabilidade e a efetividade do direito à consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas, em conformidade com a Convenção nº 169 da OIT, assegurando sua realização prévia a quaisquer medidas que possam afetar diretamente esses povos, respeitando seus protocolos de consulta autônomos.

MARIA AUGUSTA TORRES/SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA reiterou o pedido para que a Bancada de Governo receba as propostas de resolução com antecedência para contribuir com as deliberações.

SERGIO/INSTITUTO CHICO MENDES destacou o art. 3º sobre a dispensa de consulta, para evidenciar que diversas comunidades ainda não possuem protocolo de consulta.

JOSÉ LEONARDO MANISCALCO/MINISTÉRIO DA DEFESA reforçou a importância de compartilhar o texto das resoluções com antecedência, de modo a possibilitar as manifestações e elaboração de posicionamento por parte dos Conselheiros.

INATHAN TUXÁ/MPI enfatizou que o Ofício de convocação da reunião ordinária dispunha de prazo para encaminhar as propostas de resolução. Assim, seria possível encaminhar a documentação recebida aos demais Conselheiros. Entretanto, destacou sua compreensão a respeito da urgência de determinadas pautas, que são deliberadas na reunião da Bancada Indígena.

TAYSE POTIGUARA/APOINME sugeriu a inclusão de texto na resolução.

CARLA JARRAIRA/CIR/COIAB demonstrou preocupação, em nome da CT II, sobre a consulta pública feita pelo CNJ, pelo fato do prazo estabelecido de 30 (trinta) dias não ser compatível com a agenda do movimento indígena.

ALUISIO AZANHA/CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA observou que a ausência de um protocolo autônomo de consulta formalizado não significa que determinado povo não possua protocolos de decisão, os quais também devem ser respeitados.

LINDOMAR XOCÓ/REGIÃO NORDESTE recapitulou experiência da comissão anterior, e explicou que as resoluções eram distribuídas para a Bancada.

CONSELHEIRO NÃO IDENTIFICADO fez a releitura do art. 3º em discussão para especificar que não se trata de abstenção da consulta, mas sim de não interferência nos termos da Convenção nº 169 da OIT.

LUIZ FERNANDO KADIWEU/MATO GROSSO DO SUL demonstrou preocupação com a falta de aplicabilidade das convenções no território.

GUTA ASSIRATI, na qualidade de consultora do MPI, sugeriu como encaminhamento a concessão de prazo adicional para que a Bancada de Governo possa avaliar as resoluções e apresentar propostas, diante da quantidade de resoluções. Sugeriu que as resoluções sejam votadas em reunião extraordinária.

CEIÇA PITAGUARY/MPI propôs a suspensão da deliberação e o agendamento de reunião nas próximas 2 (duas) semanas para votação.

INATHAN TUXÁ/MPI propôs a convocação de reunião extraordinária apenas para pautar e votar as resoluções. Sugeriu também que, na próxima reunião ordinária, as propostas de reunião sejam pautadas logo no primeiro momento da reunião, de modo a permitir deliberações. Submeteu a proposta para deliberação da Bancada e questionou se a reunião seria realizada a partir de 1 (uma) semana ou 15 (quinze) dias.

PAULINO MONTEJO/APIB recomendou sintetizar a pauta para priorizar as deliberações referentes às resoluções.

TAYSE POTIGUARA/APOINME destacou que todos os Conselheiros realizem a leitura e elaborem comentários às resoluções, de modo que já apresentem suas proposições na reunião extraordinária para votação.

O Plenário deliberou a realização de reunião extraordinária no dia 23 de outubro de 2025, às 09h.

CEIÇA PITAGUARY/MPI reforçou o encaminhamento de que as propostas de resolução sejam encaminhadas com a antecedência de 15 (quinze) dias da data da reunião ordinária do CNPI.

INATHAN TUXÁ/MPI observou a insuficiência de quórum para deliberar sobre os encaminhamentos. Propôs que os encaminhamentos da 5ª Reunião Ordinária do CNPI fossem votados na reunião extraordinária, juntamente com a deliberação das resoluções.

RODRIGO/MINISTÉRIO DO TURISMO solicitou o encaminhamento prévio da programação aos Conselheiros para as próximas reuniões ordinárias, para possibilitar a participação.

INATHAN TUXÁ/MPI destacou a possibilidade de participação dos suplentes.

JECINALDO SATERÉ/MPI sugeriu a realização de reunião extraordinária com antecedência para elaborar a programação da reunião ordinária seguinte, com vistas a possibilitar a distribuição prévia à reunião.

GUSTAVO/INDIGENISTAS ASSOCIADOS informou que a associação tem eleição a cada 2 (dois) anos, sendo que foi eleito novo Presidente, Romeu Tavares Lima, com mandato de 4 (quatro) anos. Indicou que será comunicado à Secretaria Geral para retificar a representação do Conselheiro.

GIBA TUXÁ/APOINME informou que depoimento na parte da manhã da reunião foi divulgado nas redes sociais de forma desautorizada.

INATHAN TUXÁ/MPI afirmou que a situação seria averiguada para responsabilizar os envolvidos.

Data da próxima reunião: **23 de outubro de 2025, online, às 09h.**

Encerrada a 5ª Reunião Ordinária do CNPI.

ENCAMINHAMENTOS E ACORDOS

Secretaria Executiva do CNPI:

- Estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a Secretaria Executiva adotar as medidas necessárias para publicação das resoluções aprovadas pelo Pleno do CNPI.
- Envio dos encaminhamentos propostos pelas Câmaras Temáticas à Secretaria Executiva para adoção das providências necessárias.
- Estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para que a Secretaria Executiva apresente retorno às solicitações encaminhadas pelas Câmaras Temáticas.

Câmaras Temáticas:

- A Câmara Temática I solicitou à FUNAI apresentação sobre as estratégias, com datas e previsão orçamentária, para enfrentamento à situação de sucateamento e fragilidades dos polos e unidades.
- As propostas da Câmara Temática II sobre o PL do CNPI serão encaminhadas à ASPAR/MPI, para validação e posterior apresentação ao Pleno do CNPI.
- O Plano de Trabalho da Câmara Temática V foi aprovado.
- O nome da Câmara Temática VI foi alterado para incluir o termo “sociais”, passando a constar como “Direitos humanos, culturais, sociais e econômicos”.

Encaminhamento nº 1 | Deliberações sobre a Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária

- As eventuais dúvidas sobre a Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária deverão ser enviadas à Câmara Temática VI, para deliberações e posterior retorno ao Pleno.

Encaminhamento nº 2 | Deliberações sobre o Plano Nacional de Cultura Indígena

- O debate sobre a construção do Plano Nacional de Cultura Indígena foi atribuído à Câmara Temática VI, com a possibilidade de convite a membros externos para acompanhamento das discussões e participação na elaboração do Plano de Trabalho de construção da política.

Encaminhamento nº 3 | Reunião da Bancada Indígena junto à FUNAI e ao MPI para discussão da autodeclaração

- Agendamento de reunião da Bancada Indígena junto à FUNAI e ao MPI para discussão do tema de autodeclaração com profundidade.

Encaminhamento nº 4 | Proposta de programa semelhante ao Minha Casa, Minha Vida específico para os povos indígenas

- A proposta para a construção de um programa específico, semelhante ao Minha Casa, Minha Vida, destinado aos povos indígenas, foi atribuída à Câmara Temática VI, a ser desenvolvida em conjunto com a SEART/MPI, e apresentada na próxima reunião do CNPI.

Encaminhamento nº 5 | Assinatura do acordo de cooperação para tradução da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho em línguas indígenas

- Assinatura do acordo de cooperação para tradução da Convenção nº 169 da OIT em línguas indígenas, firmado entre a Secretaria-Geral da Presidência, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, a Advocacia-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público Federal.

Encaminhamento nº 6 | Apresentação das propostas de resolução com antecedência

- As propostas de resolução deverão ser encaminhadas com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data da reunião ordinária do CNPI, para possibilitar sua avaliação pela Bancada Indígena e pela Bancada de Governo.
- As resoluções propostas na 5ª Reunião Ordinária do CNPI serão votadas na reunião extraordinária agendada para o dia 23 de outubro de 2025.

Resoluções [Publicar no DOU segundo art 17 do Regimento e no site do MPI]:

- Resolução CNPI nº 03, de 10 de outubro de 2025, que recomenda ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério dos Povos Indígenas, à FUNAI e o Governo do Estado de Alagoas, a adoção das medidas administrativas necessárias para avançar na homologação da Terra Indígena Xukuru-Kariri (AL), a proteção às lideranças indígenas ameaçadas, a garantia de segurança aos servidores da FUNAI.

SUGESTÃO DE PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- Foi sugerido iniciar as próximas reuniões do CNPI dedicando a parte da manhã do primeiro dia para discutir a atual conjuntura da política indigenista no Brasil.

SUGESTÕES APRESENTADAS PELOS CONSELHEIROS AO LONGO DA REUNIÃO E NÃO ENCAMINHADAS

- Envio de informações pelo Ministério dos Povos Indígenas acerca das atividades programadas nos estados e territórios, para acompanhamento, alinhamento, participação e contribuição por parte dos Conselheiros.

- Envio de solicitação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para tratar da demarcação da Tekoha Dje'y e outros.
- Elaboração de resolução sobre o tema da autodeclaração para conhecimento das lideranças.
- Envio de comunicação à rede dos cartórios do país para reforçar o conteúdo da Resolução Conjunta nº 12/2024, do CNJ e do CNMP, que dispõe sobre o registro civil de pessoas indígenas.
- Envio de manifestação à Receita Federal sobre a necessidade de aceitação da grafia de nomes indígenas nos sistemas de cadastro.
- Realização de reunião extraordinária com antecedência para elaborar a programação da reunião ordinária seguinte, de modo a possibilitar a divulgação prévia da programação acordada.

DATAS DAS PRÓXIMAS REUNIÕES

- 3^a Reunião Extraordinária do CNPI: 23 de outubro de 2025.